



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 037

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 037**33ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02

Expediente:

Ofícios.....	03
Indicações	03
Designação.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	03

Pequeno Expediente:

Sr. Danilo Angst - Superintendente Estadual do Banco do Brasil	10
Dr. Ricardo Alves Conceição.....	09
Interpeladores:	
Dep. Augustinho Zucchi	17
Dep. Elton Carlos Welter	18
Dep. Luciana Rafagnin.....	18

Grande Expediente:

Prof. José Lemos - Pres. da APP ...	20
Interpelador:	
Dep. Ângelo Vanhoni	22
Dr. Cláudio Slaviero - Pres. da Associação Comercial do Paraná...	22
Sr. Jefferson Nogaroli-Pres. Faciap	24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	27
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	27
2ª Discussão	28
1ª Discussão	28
Discussão Única (Indicação).....	28
Requerimentos	29

Transcrições	30
Encerramento da Sessão	30

DIÁRIO Nº 037**33ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE ABRIL DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Arlete Caramês, Caíto Quintana, Duílio Genari, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Justus e Renato Gaúcho (07); em viagem representativa o Sr. Deputado André Vargas (01) e em licença médica o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofício***

OFÍCIO Nº 003/06

Curitiba, 25 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Cumprindo determinação de V. Exa. a Liderança do PP vem pelo presente, indicar o Deputado Duílio Genari, para representar e compor a Comissão Especial que verificará a situação das fazendas invadidas no Oeste do Estado do Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamo-nos atentamente.

(a) CIDA BORGHETTI
Líder do PP

Indicações**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Venho pelo presente passar a V. Exa. a relação dos nomes dos Parlamentares do nosso Partido, que farão parte da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor desta Casa.

Titular
Deputada Cida Borghetti
Suplente
Deputado Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI
Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja incluído o Deputado Caíto Quintana, da Bancada do PMDB, para compor a Comissão Especial que irá analisar a PEC - Proposta de Emenda à Constituição Estadual nº 27/06, que trata do nepotismo.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder da Bancada do PMDB

Designação**DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o dispositivo no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv para representar esta Casa de Leis na Sessão Solene de outorga do título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná ao Sr. Assis Gurgacz e título de Cidadania Benemerita do Paraná ao Dr. Dilvo Grolli, no dia 05 de maio, no município de Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 949**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 52/06, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Agostinho José Sartori.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 de abril (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 17 de maio, para a solenidade em homenagem à enfermagem pelos oitenta anos da ABEN nacional cinquenta anos da ABEN/PR.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Rechi.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do 24º aniversário do município de Santa Terezinha de Itaipu em 03 de maio do corrente ano.

O município de Santa Terezinha de Itaipu comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, tanto na área social, quanto na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar a população de Santa Terezinha de Itaipu por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Alexandre de Souza, na Rua das Comunicações, nº 1828 - Santa Terezinha de Itaipu/PR - CEP 85875-000.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de congratulações à Diretoria, gestão 2006/2008, da APRAS - Associação Paranaense de Supermercados, pela posse que ocorreu na data de ontem, e os augúrios desta Casa Legislativa para uma gestão muito profícua e promissora.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência, a ser encaminha ao Sr. Everton Muffato, ilustre Presidente da APPA - Associação Paranaense de Supermercados, à Avenida Senador Souza Naves, 535 - 80050-040 Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao Grêmio Recreativo Torcida Organizada Escola de Samba Falange Azul, pela comemoração do seu 14º aniversário.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Presidente do Clube, Sr. Peter Silva, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Porto Rico, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, comemorada no último dia 21 de abril/06.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Walter Romão de Oliveira, Prefeito Municipal, ao Sr. Evaristo Ghizone Volpato, Vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Rico.

Sala das Sessões, 26.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto a laboriosa população de Porto Rico, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, comemorada festivamente dia 21 de abril/06.

No início da década de cinquenta, no local que denominaram de Porto Rico, instalaram-se José Ebner, José Loureno de Lima e as famílias de Manoel Gomes Cardoso, Joaquim de Campos e Joaquim Lopes. Essas pessoas vinham com a finalidade de desbravar a região à procura de terras agricultáveis.

Em 1953, Porto Rico foi elevado à categoria de Distrito Policial, com território pertencente ao município de Paranavaí. Todavia, com a criação do município de Loanda, em 1954, o distrito passou à sua jurisdição. Pela Lei nº 13, de 05 de julho de 1956, foi criado o Distrito Administrativo de Porto Rico, no município de Loanda.

Pela Lei Estadual nº 4.738, de 05 de julho de 1963, foi criado o município de Porto Rico, com território desmembrado do município de Loanda. A instalação oficial deu-se no dia 21 de abril de 1964, sendo primeiro Prefeito Municipal eleito o Sr. Manoel Romão Netto.

Porto Rico, atualmente sob a administração do Prefeito, Walter Romão de Oliveira e toda a sua equipe, está desenvolvendo um trabalho sério e competente cola-

borando sobremaneira para o constante progresso do município e o bem-estar de sua população.

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Quarto Centenário, pela passagem, no próximo dia 29 de abril de 2006, de seus dez anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Krachinski, Prefeito Municipal, ao Sr. Genivaldo Goes, Vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quarto Centenário.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Quarto Centenário estará, no próximo dia 29 de abril, comemorando com júbilo os seus dez anos de emancipação política.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador que continua, ao longo desses anos, colaborando para o constante progresso do município.

Homenageamos também, com esta proposição, seus administradores de todos os tempos que sempre acreditaram e acreditam como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança para um futuro melhor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em parabenizar toda a população de Quarto Centenário, que continua dando o melhor de seus esforços em favor do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Altamir Sanson, Prefeito Municipal de Palmeira, por ter reativado o programa de alimentação em usina de produção de alimentos, desativado há sete anos e assim, com essa medida, resgatar um dos problemas mais sérios do nosso país que é proporcionar alimentação de qualidade para as crianças das escolas e creches desse município

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais

da Sessão de hoje, de voto de louvor em comemoração ao centenário de nascimento do médico, professor e humanista Dr. Mário Braga de Abreu.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Mário Braga de Abreu nasceu em Curitiba, em 1906. Formado em medicina no Rio de Janeiro, tornou-se professor em 1937, ocupando a primeira cátedra cirúrgica da UFPR.

Intelectual católico, fundador da Universidade Católica do Paraná, e do Círculo de Estudos Bandeirantes, ao lado de Arthur Martins Franco, Bento Munhoz da Rocha Neto, José Loureiro Fernandes.

Fez verdadeira escola na Santa Casa de Misericórdia, sempre liderando a equipe cirúrgica, em que participaram desde 1936 os notáveis doutores Pedro Cerqueira Lima e Ney Nascimento.

Bisturi de Ouro do Brasil em 1964, foi a alma do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia. Ao Dr. Mário Braga de Abreu se devem os 200 leitos de indigentes que ali se encontram até hoje.

Viveu dedicado ao trabalho. Apóstolo da caridade, chegou a fazer doações do próprio bolso para manter os pobres da Santa Casa. Jamais cobrou dos que não podiam pagar. Muitas vezes sequer dos que podiam, por amizade. Todos os seus pacientes eram tratados com a mesma dedicação humanitária e perícia médica.

Sua morte, em 1981, foi chorada por pessoas de todas as condições sociais. Seu enterro bloqueou as ruas de Curitiba. O comércio da vizinhança e da rua Vicente Machado fecharam as portas espontaneamente, à passagem do féretro - a farmácia, os armazéns, o açougue, a padaria - numa última homenagem. D. Jerônimo Mazartotto, bispo de Arsinoé na Arcádia, e seu companheiro de fundação da Universidade Católica, encomendou o corpo. Doutor Mário Braga de Abreu foi um dos últimos "médicos de família" da cidade. Cumpriu literalmente o juramento de Hipócrates conjugando-o plenamente com o mandamento do amor e da caridade cristã.

Lembro a todos que Dr. Mário Braga de Abreu, sua vida e sua obra tiveram o sentido de provar aos estudiosos da dita "história das estruturas", da dita história das mentalidades, da "história da medicina no Paraná" a infinita caridade, o formidável desempenho, deste grande homem no seu tempo!

Seja este requerimento, encaminhado a Maria Cristina e Renato Bonardi; Maria Izabel e Fernando Néry; Maria Cecília e Gilberto Pires; Rua Olavo Bilac, 680 - CEP: 80.440-040.

REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja o Dr. Rubens Ghilardi, Diretor-Presidente da Copel, convidado a comparecer e

usar o horário do Expediente da Sessão Ordinária do dia 02 de maio próximo, terça-feira, para prestar esclarecimentos a respeito da autorização legislativa que o Governo pretende obter junto a esta Casa de Leis, para a compra da participação acionária da El Paso na UEG - Araucária, conforme Mensagem 31/06 do Sr. Governador - Projeto de Lei nº 193/06.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, WALDIR LEITE, ADEMAR TRAIANO, AILTON ARAÚJO, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL, MARCOS ISFER, ELIO RUSCH e RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário e no uso de suas atribuições legais e regimentais, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde para que efetue estudos para implementação de um pronto- socorro infantil no município de Curitiba.

A instalação de um pronto-socorro infantil em Curitiba deve ser compreendida pelas autoridades públicas como prioridade e justificado por vários motivos, dentre os quais citamos os seguintes:

a) o atendimento de emergência a crianças e adolescentes é distinto dos adultos, no aspecto das relações humanas que se estabelecem, neste processo, com a vítima e com seus familiares;

b) o atendimento de emergência a crianças e adolescentes é distinto, também, da perspectiva dos equipamentos e dos funcionários mobilizados para esta situação;

c) o internamento subsequente, que se fizerem necessários, requerem também UTI's próprias e específicas.

Neste sentido, Srs. Deputados, entendemos que esta é uma demanda de fundamental importância para a população de Curitiba e da região metropolitana.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações em relação ao exposto em e-mail, conforme requerimentos de autoria deste mesmo Parlamentar, aprovados nesta Casa de Leis nos dias 07.04.06 e 20.04.06.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, vem através deste, solicitar informações acerca da compra da Usina Termoelétrica de Araucária (UEG).

Inicialmente, no que se refere à operacionalização da referida usina, quais são as garantias dadas pela Petróbras para a real operação da mesma?

Outrossim, tendo em vista que a região Sul conta com apenas gasoduto, teria este reserva para atender à demanda necessária para a operação da UEG? Por fim, havendo a supracitada reserva, requer-se seja encaminhada a cópia do contrato ou termos de intenção.

Em razão de a presente matéria estar sendo discutida nas reuniões de plenário em breve, requer-se urgência na referida solicitação.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o artigo **Vida, morte e ressurreição**, de autoria da Sra. Célia Musilli, publicado na Folha de Londrina no último dia 23.04.06.

Requer, ainda, que seja dado ciência à autora, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o artigo **Varig é Brasil**, de autoria do jornalista Paulo Sant'Ana, publicado no jornal Zero Hora no último dia 11.04.06.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao autor, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 216/06

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dante Mendonça.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(aa) RENATO GAÚCHO

PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Dante Mendonça, brilhante jornalista, é um dos personagens mais conhecidos no Estado do Paraná. Nasceu em Nova Trento/SC, casado com a jornalista Maí Nascimento, tem dois filhos curitibanos, Luíza e Pedro. Veio para o Paraná em 1970, onde iniciou suas atividades profissionais, publicando os primeiros desenhos no jornal O Estado do Paraná. É um dos chargistas com mais tempo em atividade, do Brasil.

Cartunista, chargista e ilustrador, também foi diagramador e diretor de arte em jornais e na Fundação Cultural de Curitiba, quando esta ainda funcionava no Departamento de Relações Públicas e Promoções da Prefeitura, coordenado pelo saudoso jornalista Aramis Millarch.

Nos anos 70 fez teatro, como ator, cenógrafo e diretor, tendo sido premiado como Diretor. Integrou o Grupo Margem, coordenado pelo jornalista e escritor Manoel Carlos Karam.

Em 1976, foi o criador da Banda Polaca, que saía do Passeio Público e ganhava o Centro de Curitiba. Em 1981, presidiu o Carnaval de Curitiba, sobre o tema Carnaval na Raça, enfocando as etnias que compõem o mapa humano da cidade.

Nos anos 80, fez a decoração de rua do Carnaval de Antonina, junto com o cartunista Luís Antônio Solda.

Como cartunista, é autor de vários personagens de histórias em quadrinhos e criou as personagens Miroslaw e Bastião, uma dupla para prestar atenção e comentar as mudanças da cidade, da política, dos costumes.

Seus desenhos estão publicados em coletâneas do Brasil e na revista Hortência, da Argentina. Já foram expostos em coletivas e compõem acervos dos mais diversos, no Brasil e no exterior.

Em 1989, publicou a coletânea de suas charges de primeira página, Álbum de Figurinhas e Figurões, com as personagens políticas do Brasil da Constituinte de 1988.

Como colunista, foi durante alguns anos o Darta da coluna de humor da Tribuna do Paraná.

Com sua veia de humor, Dante participou como convidado, jurado e presidente do júri de feiras de humor no Rio de Janeiro, no Piauí e em Foz do Iguaçu. Também foi jurado do Festival de Teatro de Arapongas / Londrina.

Suas charges são publicadas todo domingos na capa do jornal O Estado do Paraná - foi introdutor da charge colorida aqui no Estado - e, pela internet, no site do jornal www.oestadodoparana.com.br e no site www.chargeonline.com. Já publicou na revista Veja e desde 2004 publica charges esporadicamente, a convite, no Jornal do Brasil.

Atualmente também é colunista do jornal O Estado do Paraná e às segundas-feiras, na Tribuna do Paraná,

suas colunas são ensaios, crônicas e notícias que enfocam, com humor e agudo senso crítico, a evolução dos costumes ao longo do tempo.

Freqüentemente espelham sentimentos populares - alegria, tristeza, indignação -, funcionando como a voz do leitor. Leitor voraz, é um verdadeiro "rato de livreria". Publicou Botecário, um dicionário de bolso para freqüentadores de botecos, em trinta idiomas. Em 2005 e 2006 publicou, em parceria com o jornalista carioca Luís Pimentel, os livros Piadas de Atleticano para alegria de Coxa-Branca, Piadas de Coxa-Branca para alegria de Atleticano, Piadas de Flamenguista para alegria de Vascão e Piadas de Vascão para alegria de Flamenguista.

O currículo de Dante e principalmente sua capacidade de inclusão em Curitiba e no Paraná o fazem "um de nós", como se aqui tivesse nascido. É referência na cultura do nosso Estado, muito mais que em seu estado natal. Aqui iniciou sua vida profissional e tornou-se uma indiscutível referência cultural e de humor nas mais variadas formas.

Por essa razão, espero contar com o apoio dos meus Pares para conceder esta honraria - o título de Cidadão Honorário do Paraná - ao Sr. Dante Mendonça.

LIDERANÇA DO BLOCO PTB/PL/PRB

Ofício nº 15/06

Curitiba, 25 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do Bloco PTB/PL/PRB informo que o projeto de lei do Deputado Renato Gaúcho, que concede o título de Cidadania Honorária ao Sr. Dante Mendonça, faz parte da quota do Bloco Partidário para a atual legislatura.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

(a) JOCELITO CANTO

Líder do Bloco PTB/PL/PRB

PROJETO DE LEI Nº 217/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Procopense de Saúde Mental - APSM, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Procopense de Saúde Mental - APSM, constituída em 20 de novembro de 2003, é uma entidade civil de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, sem caráter partidário ou religioso, tem como objetivos promover o exercício da cidadania por meio de

atividades sociais, econômicas, políticas e culturais de seus associados e das pessoas com problemas de natureza mental.

Estimular a prática de alternativas ao atual modelo hospitalo-cêntrico da Assistência Psiquiátrica no Brasil.

Contribuir para a transformação da cultura que tende a estigmatizar, excluir e marginalizar o chamado doente mental e a definir o manicômio como “espaço de tratamento”.

Seus diretores não são remunerados, sendo que todos trabalham de forma espontânea e gratuita.

A entidade é declarada de Utilidade Pública Municipal através de Lei nº 453/04, de 18 de agosto de 2004.

Por essas razões, peço apoio dos nobres colegas Parlamentares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 218/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Professor Moacir Leme da Silva, o Colégio Estadual localizado na Rua Ângelo Godoy, 470, no bairro Santos Dumont, do município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei visa homenagear um dos mais respeitados membros da sociedade cascavelense que muito contribuiu através do seu trabalho, seja na atividade pública ou privada, para o desenvolvimento educacional, econômico e social de Cascavel.

O professor Moacir Leme da Silva lecionou em Cascavel nos colégios estaduais Wilson Joffre, Eleodoro Ébano Pereira, Júlia Wanderlei, Washington Luiz, Polivalente, Marista e Cristo Rei; exerceu a função de Diretor do Departamento de Esportes da Culturest no período de 1984 a 1986; foi Secretário Municipal da Cultura, Esporte e Turismo entre 1986 a 1988; em 1992 assumiu a Secretaria Municipal de Administração e posteriormente a Chefia de Gabinete da Prefeitura de Cascavel; foi fundador do Colégio Cristo Rei, Presidente da Associação de Professores do Paraná, Subsede de Cascavel, Diretor do Cascavel Esporte Clube, bem como foi responsável pela implantação do terceiro grau no município de São Miguel do Iguaçu, com a criação da União de Ensino Superior do Iguaçu - Uniguaçu, razão pela qual propomos esta justa e merecida homenagem.

O prédio do referido colégio encontra-se em construção, devendo ser concluído e inaugurado em breve, oportuno, portanto, aproveitar o ensejo para formular esta

justa e merecida homenagem ao professor Moacir Leme da Silva.

PROJETO DE LEI Nº 219/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Regime Fiscal Especial aos estabelecimentos industriais instalados ou que vierem a se instalar no município de Foz do Iguaçu, em relação ao ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art. 2º O benefício de que trata esta lei será concedido às indústrias do ramo de confecção e outras atividades a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 3º Para fins de apuração do imposto referido no artigo 1º desta lei, a título de benefício, será adicionado em 70% (setenta por cento), o valor do crédito de ICMS recebido pela aquisição de matéria-prima ou mercadorias destinadas, exclusivamente, para industrialização pelos estabelecimentos de que trata o artigo 2º desta lei.

§ 1º O valor resultante do cálculo do *caput* deste artigo, incluído o benefício tratado nesta lei, fica limitado a 90% (noventa por cento) do valor do débito total do imposto apurado mensalmente.

§ 2º O benefício somente poderá ser utilizado no mês de apuração, não se aproveitando em meses subsequentes.

Art. 4º O benefício de que trata esta lei, é extensivo aos demais municípios do Estado do Paraná, a critério do Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da regulamentação por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26.04.06.

(a) CHICO NOROESTE

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Durval Amaral, Natálio Stica, Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri, Waldir Leite, Hermas Brandão, Francisco Bühner, Nereu Moura, Mauro Moraes, Marcos Isfer, Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Geraldo Cartário, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, José Domingos Scarpellini, Augustinho Zucchi, Artagão Júnior e Vanderlei Iensen.

JUSTIFICATIVA:

O município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

- I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;
- II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,
- III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 70, teve o início do segundo ciclo. “A construção da Hidrelétrica de Itaipu”, verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no Rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o país, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70, no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90, quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes e, atualmente, aproximadamente 293.000, dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômicos que a cidade enfrenta devido ao rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado de 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quando a Ciudad del Este receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade um espantoso desenvolvimento, pois no auge do turismo de compra a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compristas que chegou em 1994 a cerca de 3.500.000, se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprista deixara 50 dólares em Foz do Iguaçu e 1.500 dólares em Ciudad del Este e 150 dólares no trajeto.

Neste período, Ciudad del Este se tornou o terceiro centro comercial do Planeta, com um movimento financeiro em torno de 5.5 bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do Mercosul, que facilitou as exportações e importações, o turismo de compra e o comércio exportador de Foz do Iguaçu foram praticamente nocauteados.

No ano de 1994, o movimento que era de 5.5 bilhões de dólares, no ano passado essa cifra diminuiu para 1.2 bilhões de dólares, verificando uma queda acentuada de 4.3 bilhões de dólares, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

Em Foz do Iguaçu existe uma população de aproximadamente 180 mil pessoas acima de dezoito anos. Dentro desse universo, 40 mil pessoas estão desempregadas e aproximadamente 62 mil trabalhando no mercado informal. Verificando-se, mais da metade da população nesta faixa de idade enfrenta o grave problema do desem-

prego. Responsabilidade que pesa, não somente para o município, mas também para os governos Estadual e Federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais Pares para aprovação da matéria em pauta, que tem por objetivo reduzir a carga fiscal e criar fato novo, minimizando a crise que se abateu sobre o comércio e sobre a comunidade de Foz do Iguaçu.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje, com muita satisfação recebemos aqui o Dr. Ricardo Alves da Conceição, Cidadão Honorário do Paraná; é mais paranaense do que muitos nascidos aqui, pelo trabalho que já desenvolveu a favor do nosso Estado; o Superintendente Estadual do Banco do Brasil, Dr. Danilo Angst. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os funcionários, dirigentes, diretores do Banco do Brasil; o Secretário da Agricultura, os representantes da FAEP, a Ocepar, que nos dão a honra.

O Dr. Ricardo achou um espaço na sua agenda, que é muito difícil, apesar de ele atender a todos que o procuram, para apresentar aos Parlamentares paranaenses e à imprensa do Paraná o trabalho que o Banco do Brasil realiza no nosso Estado.

Com a palavra o nosso amigo, Dr. Ricardo Alves da Conceição.

Sr. Ricardo Alves da Conceição

O SR. RICARDO ALVES

Cumprimentos ao Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa. Em nome dele gostaria de cumprimentar a todos os demais Deputados e agradecer à presença das Lideranças, os representantes das entidades de classe.

Enfim, agradecer à presença de todos. Fico emocionado em vir mais uma vez na Assembléia, porque na primeira vez foi quando fui honrado com o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Foi um momento dos mais emocionantes da minha vida. Uma reunião histórica extraordinária. Recordo-me do coral maravilhoso cantando “Creio em ti” do Francisco Egídio, uma música linda. Depois fomos para uma festa no Madalozzo; enfim, um dia maravilhoso que marcou a história nossa e naquela oportunidade fizemos questão de registrar que homenagem dessa natureza acontece através de uma pessoa, mas no fundo a homenagem que recebemos foi a homenagem que o Banco do Brasil recebeu desta Casa por tudo o que representa no Estado do Paraná, pela participação do Banco em tantas atividades produtivas, a presença do Banco pelo Estado afora é muito marcante e esse reconhecimento nos honrou, a todos nós, funcionários do Banco do Brasil.

Nesta oportunidade aqui comparecemos e o nosso propósito é fazer uma apresentação do que significa o Banco do Brasil no Estado, com alguns dados importantes que o Danilo estruturou. E também vamos ter a oportunidade de comentar com os senhores, as decisões recentes adotadas pelo Governo Federal, que vão apoiar ou que vêm aliviar as angústias que hoje sabemos que se encontram instaladas no meio rural do país inteiro e particularmente aqui do Estado.

Felizmente as medidas anunciadas vêm de ser formalizadas, oficializadas hoje, porque as circulares do Banco Central acabam de ser publicadas e a partir das circulares, nós, do Banco do Brasil, da Direção do Banco, faremos a normatização e a partir daí, por certo os nossos produtores rurais poderão se valer dessas regras que o Governo estabeleceu. Depois da apresentação que o Danilo vai fazer vou voltar a comentar essas medidas. Mas, de uma maneira geral o nosso Banco, que está instalado em todos os recantos. O Banco está muito bem. A história mais recente, dos últimos dez anos, mostra que estamos num processo permanente de aperfeiçoamento, melhorias; o Banco hoje é moderno, tecnologicamente atualizado. Um Banco que está aí no mercado enfrentando a concorrência; somos um Banco competitivo, mas além de tudo um Banco público, que tem compromissos, responsabilidades com a sociedade brasileira. Também desenvolvemos os programas de conotação social; apoiamos a pequena agricultura, a pequena empresa, o desenvolvimento regional sustentado do país afora; desenvolvemos programas sociais através da Fundação Banco do Brasil. Enfim, essas duas coisas, um Banco competitivo, dando resultado, mantendo lideranças dos vários itens no mercado e por outro lado dando resposta, fazendo seu papel de Banco público, fazendo com que realmente a sociedade brasileira receba, através dele, programas importantes que possam ajudar nas transformações sociais que são da maior relevância para nosso país.

Com estas palavras iniciais, passaria de imediato ao Danilo para que ele faça uma apresentação de uma série de informações sobre o nosso Banco, no Estado, e mais tarde volto a conversar com V. Exas.

Sr. Danilo Angst - Superintendente Estadual do Banco do Brasil

O SR. DANILO ANGST

Muito boa tarde, é uma satisfação muito grande estar aqui pela primeira vez, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Gostaria de inicialmente saudar o Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, obrigado pelo convite e pela oportunidade. Em nome do Vice-Presidente Ricardo Conceição, cumprimentar a todos os colegas, aos Deputados aqui presentes, à comunidade de Curitiba e do Paraná, clientes e amigos do Banco do Brasil.

Faço a apresentação com os dados na tela. A primeira lâmina que estamos apresentando já mostra como o Banco do Brasil é diferente das demais instituições finan-

ceiras, porque ele transcende a questão de intermediação financeira e prestação de serviços. Ele tem uma responsabilidade com o país. Se olharmos a última frase, diz o seguinte: "Empresa, é ser útil à sociedade". É isto efetivamente que temos a responsabilidade de colocar em prática aqui no Estado do Paraná e estamos fazendo isso, como veremos a seguir.

(A exposição a seguir foi feita através de slides)

(Lê):

O Banco do Brasil, instituição financeira pública federal com quase dois séculos de atuação, tem uma participação ativa no desenvolvimento brasileiro e do Paraná, que vai muito além da simples intermediação financeira.

Conheça nas páginas a seguir como o Banco do Brasil aplica em apenas 1 ano, mais de R\$ 4,33 bilhões na agropecuária do Paraná e ainda atende 130.000 famílias de mini e pequenos produtores rurais.

Saiba como são devolvidos todos os anos R\$ 20 milhões aos pequenos produtores e como agora eles podem ter o crédito facilitado através do Fundo Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.

Veja que através de parceria com as prefeituras as taxas de juros nas operações com micro e pequenas empresas podem ser reduzidas e como o Banco do Brasil pode apoiar decisivamente o desenvolvimento de polos regionais.

O Banco do Brasil, além de ser o banco que mais investe no Paraná, também executa e apoia projetos para desenvolvimento dos municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), para a alfabetização de jovens e adultos e o combate à fome.

Através de telecentros promove a inclusão digital de cidadãos de comunidades carentes e abre as portas das associações de funcionários a crianças da rede pública.

Emprego e formação profissional para adolescentes de famílias com renda per-capita de meio salário mínimo, apoio ao esporte e a cultura também fazem parte das ações sociais e educativas que o BB promove.

Tudo isto em um Banco que ainda conta com as soluções mais avançadas para atendimento dos entes públicos, contribuindo para a sua modernização.

Ser a solução em serviços e intermediação financeira, sendo útil à sociedade faz parte da nossa missão.

Atenciosamente

(a) DANILO ANGST

Superintendente de Varejo do Paraná"

MISSÃO DO BANCO DO BRASIL

Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e ser útil à sociedade.

O Banco do Brasil, instituição financeira prestes a completar 200 anos de atuação, renovou-se ao longo dos últimos anos para fazer frente aos desafios do século XXI.

A empresa enfatizou suas atividades negociais e adotou uma política de resultados, mas não minimizou o seu papel de colaborar para que o desenvolvimento das comunidades seja cada vez mais eficiente e eficaz. É a atuação efetiva do Banco nos principais segmentos negociais que torna possível suas ações sociais.

Nesse sentido, o Banco do Brasil continua sendo o principal agente oficial na execução de políticas públicas no País.

Seu papel transcende o de mero intermediador financeiro, estendendo-se por uma atuação comprometida com o desenvolvimento econômico e social brasileiro, a ética e a cidadania, incentivando ações voluntárias desenvolvidas por funcionários e familiares, sem perder de vista a eficiência e a qualidade exigida pelo mercado cada vez mais competitivo.

COMO O BANCO DO BRASIL ATENDE AS COMUNIDADE DO PARANÁ

A primeira agência do Banco do Brasil no Paraná foi aberta em Curitiba no dia 07.01.1916, a época de um

surto de desenvolvimento provocado pela exploração da madeira e da erva-mate e quando já se vislumbrava a expansão da economia cafeeira para o norte do Paraná.

De lá para cá são 90 anos apoiando as atividades produtivas no Estado, interiorizando o crédito e trabalhando em parceria com os diversos setores da economia paranaense. São 271 agências e mais de 700 pontos de atendimento em 219 municípios, além de terminais eletrônicos à disposição de 1,4 milhão de clientes pessoa física e 91 mil clientes pessoa jurídica.

Acreditamos na missão de atender às expectativas de clientes e acionistas e de ser útil à sociedade, encontram-se em fase de instalação, neste ano de 2006, mais 35 agências, 74 Postos de Atendimento Bancário e 56 Postos de Atendimento Eletrônico no Estado.

Desta forma o Banco do Brasil estará presente fisicamente em 346 dos 399 municípios do Paraná e em condições de prestar o atendimento de crédito e programas sociais a todas as demais localidades.

Das 35 novas agências, 34 serão localizadas em municípios com menos de 20.000 habitantes.

Dos 74 novos Postos de Atendimento, mais da metade estarão em municípios que atualmente não possuem nenhuma instituição financeira para atendimento à população.

O BANCO DO BRASIL NO PARANÁ	
Funcionários e contratados	7.941
Agências	271
Postos de Atendimento	88
Postos de Atendimento Eletrônico	344
Salas de Auto Atendimento	255
Terminais de Auto Atendimento	2.432
Municípios com a presença do BB (Agência e PAB)	219
Agências em instalação 2006	35
Postos de Atendimento em instalação 2006	74
Postos de Atendimento Eletrônico em instalação 2006	56
Municípios com presença do BB prevista até dezembro/2006	346

A MAIOR CENTRAL DE ATENDIMENTO DO PARANÁ

O Banco do Brasil escolheu o Estado do Paraná para sede de uma das maiores estruturas de atendimento do tipo call center do país.

O município de São José dos Pinhais abriga a Central de Atendimento Banco do Brasil, que emprega diretamente 1.200 pessoas, com previsão de expansão de seu quadro em mais 600 colaboradores em 2006.

Em São Paulo e Salvador, que buscaram inicialmente sediar o projeto, foram criados centros

complementares, que auxiliam a unidade de São José dos Pinhais no atendimento a clientes de todo o Brasil.

O BANCO QUE MAIS INVESTE NO PARANÁ

Mesmo inserido em um mercado altamente competitivo, que exige grande eficiência, e tendo o compromisso de gerar resultado para seus acionistas, o Banco do Brasil não se descuida de sua missão de ser útil à sociedade.

A atuação do Banco na intermediação financeira é marcada pelo foco no apoio ao financiamento das atividades produtivas, sem distinção do porte dos clientes ou da comunidade onde está presente.

Ao contrário da maioria dos agentes desse mercado, mesmo nas menores localidades o Banco do Brasil tem como característica oferecer mais recursos do

que o montante captado, evitando que os valores poupados pela comunidade sejam transferidos para grandes centros.

O quadro a seguir mostra a proporção entre os recursos aplicados pelo Banco do Brasil no Paraná, em comparação aos dois maiores bancos privados do país.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NO PARANÁ (R\$ mil)			
<i>Fonte SISBACEN/dez.2005</i>			
Modalidade	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ
Empréstimos e títulos descontados	1.806.191	559.756	1.358.267
Financiamentos	775.395	23.224	323.676
Financ. Rurais Custeio e Investimento	4.229.525	495.459	69.411
Financ. Rurais Comercialização	90.415	34.444	38.360
Financi. Agroindustriais	179.700		
Outros Créditos	809.217	292.068	15.759
TOTAL DA APLICAÇÃO	7.890.443	1.404.953	1.805.474

R\$ 4,33 BILHÕES PARA A AGRICULTURA

O Agronegócio é a atividade de maior destaque na economia mundial. De acordo com o Banco Mundial o PIB do mundo é de aproximadamente US\$ 30 trilhões e o agronegócio mundial representa cerca de 25% deste total, ou seja, US\$ 7,5 trilhões, sendo maior que o valor gerado pelo setor petrolífero, pelo setor de telecomunicações e pelo setor de geração de energia.

O Banco do Brasil é o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro e paranaense. Na última safra o BB foi o responsável por mais de 90% de participação no atendimento creditício à agricultura familiar no Paraná e por aproximadamente 56% do volume de crédito rural aplicado no segmento de médios e grandes produtores.

Atuando em toda a cadeia do agronegócio, o montante de crédito aplicado pelo Banco do Brasil no agronegócio paranaense evoluiu intensamente nos últimos anos. A cada safra, o Banco do Brasil, contrata aproximadamente 220 mil operações de crédito rural no Paraná, nas linhas de custeio, comercialização e investimento.

Deste montante, 63% da quantidade de operações são direcionadas para mini e pequenos agricultores.

Período	Val. Aplicados em R\$
98/99	0,95
99/00	1,25
00/01	1,60

01/02	1,80
02/03	2,33
03/04	3,46
04/05	4,33
05/06	3,70*
* Safra em andamento	

130.000 FAMÍLIAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ATENDIDAS

A estrutura agrária do Estado do Paraná é formada predominantemente por pequenos e médios estabelecimentos, cumprindo importante papel social de geração de emprego e renda no campo.

Cerca de 86% dos estabelecimentos rurais do Paraná apresentam área inferior a 50 hectares, abrangendo 318.200 propriedades. Estes estabelecimentos detêm 28% da área total do Estado.

O Banco do Brasil prioriza o atendimento aos agricultores familiares, buscando incrementar o volume de recursos disponíveis através de linhas de crédito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), oferecendo aos pequenos produtores condições de melhoria da qualidade de vida e permanência no campo. Em todas as operações o direcionamento do BB no Paraná é voltado ao atendimento de projetos que demonstrem, além da viabilidade financeira, a efetiva agregação de renda ao empreendimento.

O quadro abaixo demonstra a evolução do número de famílias atendidas nos últimos anos, somente no Estado do Paraná.

PERÍODO	Nº DE FAMÍLIAS ATENDIDAS
1995/1996	3.090
1997/1998	31.160
1998/1999	61.888
2000/2001	91.000
2001/2002	109.246
2003/2004	118.006
2004/2005	129.231
2005/2006	114.121*
* Safra em andamento	

R\$ 20 MILHÕES DEVOLVIDOS TODO ANO AOS PEQUENOS PRODUTORES

Os recursos do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - disponibilizados pelo Banco do Brasil aos mini e pequenos produtores rurais, possuem encargos fixos e bastante reduzidos.

No Paraná a maioria das famílias atendidas desfruta de taxas fixas de juros entre 3% a 4% ao ano.

Os produtores enquadrados na modalidade "C" do programa, recebem descontos pelo pagamento pontual das operações, conhecido como rebate.

R\$ 20 MILHÕES é o valor que as famílias paranaenses financiadas pelo BB deixam de pagar a cada ano apenas com o benefício do rebate.

O Pronaf contribui para a manutenção do produtor no campo.

O benefício do rebate se transforma em recursos que retornam às pequenas comunidades contribuindo para o desenvolvimento regional.

PROJETOS PARA OS MUNICÍPIOS COM MENOR IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

O Banco do Brasil participa da elaboração, execução e financiamento de programas de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS - para promover o desenvolvimento de comunidade a partir do apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Os projetos visam fortalecer o associativismo, a agricultura familiar, os mini e pequenos empresários formais ou informais e as cooperativas populares.

A atuação do BB é realizada com a visão de cadeia de valor, apoiando atividades produtivas identificadas como vocações ou potencialidades nas diferentes regiões, com respeito à cultura e às tradições locais, já

havendo 30 agências no Paraná habilitadas a participar de projetos de DRS.

O objetivo nesta primeira fase é atender os 80 municípios no estado que apresentam os menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Dentre as principais atividades definidas, destacam-se: bovinocultura de leite, fruticultura, apicultura, cultura de palmito, vime/ artesanato e reciclagem de lixo.

A agência de Querência do Norte (PR) foi a primeira do sul do Brasil a aprovar diagnóstico e plano negocial, para realização de projeto de exploração de bovinocultura de leite por 600 famílias do município.

EMPRÉSTIMOS À AGRICULTURA FAMILIAR FACILITADOS ATRAVÉS DE FUNDO DE AVAL

Através de ampla discussão entre as entidades ligadas ao segmento, foi lançado o Fundo Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná com o objetivo de facilitar o acesso dos mini e pequenos produtores aos créditos do Pronaf.

O Banco do Brasil teve papel fundamental em sua criação e é o único agente financeiro que está operando amparado pelo Fundo. O valor internalizado pelo Governo do Estado, no montante de R\$ 2 milhões, viabilizou a aplicação de R\$ 18,6 milhões apenas nesta primeira fase do projeto, iniciada em março de 2005 e atendendo até o momento 3.264 famílias.

Com a alocação prevista de mais R\$ 4 milhões para o Fundo, o BB prepara-se para o atendimento de mais 7 mil famílias.

Período	Famílias atendidas
2004/2005	2.118
2005/2006	1.298
TOTAL	3.416

Período	Valor Contratado
2004/2005	12.142.702
2005/2006	7.530.086
TOTAL	19.672.788

CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM MENORES ENCARGOS DO MERCADO

As micro e pequenas empresas, cooperativas e associações urbanas e rurais, pessoas físicas que atuam na área produtiva de maneira informal e também os profissionais liberais, podem financiar no Banco do Brasil seus investimentos para implantação, ampliação, aquisição de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de programas de informática e tecnologia através do Proger - Programa de Geração de Emprego e Renda.

O Proger é um programa que visa dar sustentação a empreendimentos voltados à geração e manutenção de emprego e renda, com taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado.

Esta linha de crédito permite aos empreendedores obter recursos em condições que a rede bancária em geral somente disponibiliza às grandes empresas.

Os beneficiários da linha desfrutam de prazo de 60 a 120 meses para pagamento e encargos de TJLP (atualmente em 9% ao ano) mais juros de 4% a 6% ao ano.

Os recursos aplicados atualmente pelo Banco do Brasil contribuíram para a geração e manutenção de mais de 50 mil empregos diretos e 60 mil indiretos no Estado do Paraná.

Proger Urbano No Paraná - fevereiro 2006: 50.000 empregos diretos; 60.000 empregos indiretos; 26.367 operações contratadas; R\$ 303.675.013,20 emprestados.

PARCERIA COM PREFEITURAS REDUZ TAXA DE JUROS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Banco do Brasil e a Federação dos Municípios do Paraná firmaram convênio para oferecimento da linha Proger Urbano em condições ainda mais favorecidas, no qual as empresas localizadas em municípios que aderem ao convênio têm o prazo do financiamento através do Proger Urbano ampliado de 60 para 72 meses e do Proger Turismo Investimento para 120 meses.

Pelo Convênio BB & Femupar a taxa de juros das operações com pessoas jurídicas é reduzida de 5,33% ao ano para 4,50% ao ano, ou sejam, a cada R\$ 10 milhões utilizados nessa linha de crédito, o Banco deixa de cobrar R\$ 83 mil por ano em encargos.

Esta parceria tornou-se possível graças ao apoio dos municípios participantes, que dão a preferência em seu relacionamento de negócios ao Banco do Brasil, que por sua vez abdica da receita financeira que seria destinada a cobrir os custos de operacionalização dos empréstimos.

Em todo o Paraná 53 municípios já aderiram ao Convênio BB & Femupar.

CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS REGIONAIS

A atuação em Arranjos Produtivos Locais vem se consolidando como importante alternativa para o aumento da cooperatividade, incremento da atividade empreendedora, geração de emprego e renda, sustentabilidade e inclusão, principalmente, de micro e pequenas empresas nas políticas de desenvolvimento nacional.

O Arranjo Produtivo Local (APL) é a concentração de agentes (empresas, cooperativas, associações, profissionais liberais e empreendedores informais) localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos de interação, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico e social.

No Paraná o BB apóia projetos nas áreas de confecção de roupas e bonés, gesso, cal e calcário, madeira e móveis.

O BANCO DO BRASIL E A COMUNIDADE - Fundação Banco do Brasil

O Banco do Brasil tem desempenhado cada vez mais o papel social para efetivar transformações e contribuir na melhoria da realidade brasileira. Paralelamente à estratégia de buscar resultados crescentes no mercado financeiro, a empresa acumulou resultados em diversos projetos de interesse social, em ações nas quais o mérito pode ser creditado à parceria com acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e sociedade em geral.

O apoio da Fundação Banco do Brasil ajudou a impulsionar o progresso de diversas localidades do Paraná. Ao todo, foram aplicados quase R\$ 20 milhões no Estado, permitindo a realização de mais de 1.400 projetos em 164 municípios, com programas de assistência social e melhoria na rede de ensino.

Umuarama e Maringá, por exemplo, participaram do projeto Cozinha-Escola, que possibilitou a aquisição de equipamentos de cozinha para atender ao Programa de Alimentação Alternativa.

Terra Boa recebeu apoio para a instalação de Laboratório de Microbiologia e Curitiba para a criação de Incubadoras Tecnológicas.

Piraquara está instalando usina de reciclagem de papel que irá colaborar na manutenção da entidade Casa dos Girassóis, que presta assistência a crianças do bairro mais carente do município.

Céu Azul recebeu recursos para construção de prédio para reciclagem de lixo e dezenas de outros municípios continuam sendo apoiados pela Fundação Banco do Brasil.

Somente no ano de 2005 a FBB destinou recursos no valor de R\$ 1.348.420,00 para projetos no Estado do Paraná.

INCLUSÃO DIGITAL DO CIDADÃO PARANAENSE. 82 TELECENTROS INSTALADOS NO PARANÁ

O Banco do Brasil desenvolve programa de inclusão digital que promove a sustentabilidade de unidades de informática instaladas e capacita educadores sociais das próprias comunidades.

No Paraná já foram instalados, com o apoio do Banco do Brasil, 82 Telecentros Comunitários e Salas de Informática, beneficiando comunidades carentes.

Esses ambientes são dotados de diversos micro-computadores e servidores com acesso a internet, estando abertos à comunidade em geral e em especial aos alunos da rede pública de ensino.

COMBATE À FOME: Funcionários do Banco do Brasil e Familiares Participam Ativamente dos Comitês de Cidadania

Trabalho voluntário formado pelos funcionários do Banco, atendendo ao apelo formulado pelo sociólogo Herbert de Souza, estão presentes em todo o País.

No Paraná 29 comitês trabalham ativamente contra a fome e a miséria e pela vida.

O envolvimento do Banco do Brasil nesta mobilização social reforça seu papel como agente de desenvolvimento e empresa comprometida com o país. O engajamento de todos os funcionários é fator fundamental nesse processo.

MAIS DE 15 MIL JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS

O Banco do Brasil desenvolveu programa de alfabetização de jovens e adultos fundamentado nos princípios da teoria de Paulo Freire, desenvolvido em parceria com o Senar: o BB Educar.

Lançado em 1992 o programa já alfabetizou mais de 200 mil cidadãos brasileiros.

Somente no Paraná já foram formados 323 alfabetizadores.

Até dezembro de 2005, 15.550 cidadãos paranaenses foram alfabetizados e outros 3.608 encontram-se em processo de alfabetização pelo Programa BB Educar.

COMPLEMENTAÇÃO ESCOLAR A 1.560 CRIANÇAS DA REDE PÚBLICA

A Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Federação Nacional das AABB, governos estaduais, prefeituras e instituições locais, desenvolve programa inovador batizado de programa Integração AABB Comunidade.

É um programa de complementação escolar em que estudantes da rede pública participam, no horário extra-escolar, de atividades lúdicas, esportivas e educacionais nas AABB, clubes dos funcionários do Banco do Brasil”.

Em Londrina temos o Projeto Viva Vida.

Programa Adolescente Trabalhador. São funcionários nossos. Adolescentes de famílias com renda per capita até meio salário mínimo. Não só nos preocupamos com a formação profissional, mas também com a formação da pessoa como um todo. Uma hora diária do trabalho é destinada a treinamento, a curso. A pessoa estuda dentro do Banco e tem um padrinho que o acompanha, não só dentro do Banco, mas no dia-a-dia.

Temos 299 adolescentes nas unidades espalhadas pelo Estado do Paraná.

É isso aí que temos a mostrar.

Tenho certeza, posso afirmar com toda tranquilidade, que os números e o que mostramos aqui evidenciam isso.

O grande Banco, o Banco realmente do Estado do Paraná, é o Banco do Brasil. Por consequência, é o Banco do cidadão paranaense. Orgulho-me muito em ser funcionário e, principalmente, trabalhar no Paraná, com os senhores.

Obrigado pela oportunidade e lhe devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Dr. Ricardo Conceição.

O SR. RICARDO CONCEIÇÃO

O Danilo tirou uma fotografia das mais diversas atividades do Banco, no Estado. Acho que dá para ter uma visão de que, realmente, atuamos em todas as áreas e com uma presença muito forte.

O Estado tem a sua estrutura bastante centrada, bastante concentrada no agronegócio e, depois de três anos áureos de bons resultados, entramos, no ano passado, em uma situação complicada, em que teve uma seca bastante perversa aqui no sul do país, e problemas de preço que também reduziram, afetaram bastante a renda dos nossos agropecuaristas.

Em função daquela conjuntura, uma série de medidas foi adotada, no ano passado, para aliviar os agricultores, quer seja com prorrogações para pagamento das dívidas de pessoas que perderam safra, quer seja com algumas prorrogações decorrentes da questão de preços, que a renda não permitia a regularização do endividamento.

Lamentavelmente, o quadro não melhorou. Até certo ponto se agravou do ano passado para cá, porque se repetiu ou está se repetindo a questão da seca, não da dimensão do ano passado, mas também afetando um grupo grande de agricultores. A questão de preço, essa, sim, ainda se agravou, porque os preços baixaram mais e a questão do dólar, da valorização do real frente ao dólar, está levando, realmente, os preços em reais do commodities agrícolas a ficarem muito defasados.

Diante desse quadro, que continua persistindo, o Governo anunciou, recentemente, cerca de três semanas, um conjunto de medidas para mais uma vez aliviar essa sobrecarga de compromissos junto aos agricultores. Então, essas medidas foram regulamentadas, hoje, como disse no início, as circulares saíram do Banco Central e hoje em Brasília estamos trabalhando em como transmitir essas instruções às nossas agências porque entre o anúncio do Governo e a regulamentação que está acontecendo agora, as dívidas continuaram vencendo. E produtores começaram a ser prejudicados, porque não era possível fazer as prorrogações sem que a regulamentação saísse.

Então, vamos mostrar rapidamente, quais são essas medidas, como as coisas vão acontecer (quadros em anexo).

Entre as medidas veio uma que não atinge a questão do FCO Rural, no Centro-Oeste, mas teve a Resolução 278 que prorrogou as parcelas vencidas desse fundo e também mediante análise caso a caso. Isso, se aplicando mais ao Centro-Oeste. E no caso, o Banco do Brasil vale-se de laudos coletivos para fazer essas prorrogações.

Aqui, sim, atinge o país inteiro, particularmente aqui no Estado. De acordo com aquele Manual de Cré-

dito Rural 2-6-9 significa que quando temos uma situação ou de seca ou de preço, problemas de comercialização, podemos caso a caso fazer umas adaptações e prorrogar parte em toda parte da dívida.

Então, no caso do custeio dessa safras, como regra geral as pessoas vão precisar pagar. Mas, nas situações especiais em que se aplicar aquelas regras que estão aqui do 2-6-9 porque podemos utilizá-la, ela é devida à prorrogação, quando tem incapacidade de pagamento em consequências de: dificuldade de comercialização; frustração de safras e ocorrências de prejuízos de alguma maneira ocorrida nas atividades.

Para esse efeito não precisamos de resolução do Banco central, nem de voto do Conselho Monetário Nacional.

Então, repetindo, os custeios agrícolas dessa safra terão, sim, alguma prorrogação exclusivamente na situação em que se configurar uma daquelas condições.

O Conselho Monetário Nacional aprovou, está escrito ali, aguardando resolução, mas a resolução saiu hoje. Autorizou que aquelas dívidas do ano passado que vencem este ano, porque prorrogamos, possam ser prorrogadas para um ano após o vencimento final.

Nenhuma das dívidas prorrogadas no ano passado, de custeio ou de investimento, terão que ser pagas este ano. Pode jogar para frente. E quando se tratar dessas dívidas de algodão, arroz, milho, soja, sorgo, atividade principal forem essas, faremos a prorrogação automática, ou seja, não precisará analisar cada produtor para fazer essa prorrogação. Vamos já colocar essas dívidas lá para frente.

E também, não aguardando resolução que já saíram, analisar caso a caso aquelas dívidas que prorrogamos no ano passado, parcela para vencer agora em março e abril, já demos sessenta dias para que elas pudessem ser pagas. E a prorrogação de custeio do Pronaf, adesão ao Proagro, vamos também repetir, as que não têm adesão ao Proagro também vamos poder prorrogar. As que tiverem, vamos fazer o que fizemos no ano passado; Proagro é o seguro agrícola dos pequenos agricultores. Vamos quitar ou solicitar a cobertura dessas operações.

E na Resolução 3277, o prazo adicional para pagamento dos custeios do Pronaf, para produtores que desistirem do pedido. Na mesma linha do que não tiver sido coberto pelo Proagro, prorroga, o que tiver com o Proagro fazemos a cobertura.

E também as dívidas que foram prorrogadas na Resolução 3287, que é o prazo para pagamento, estendemos também para o Mato Grosso do Sul essa flexibilidade.

Uma outras decisão é o prazo adicional de até um ano após o vencimento da prestação para as operações de investimento da agropecuária. Além das dívidas prorrogadas no ano passado, que os produtores não precisarão pagar este ano, aquelas dívidas de investimentos que vencem este ano, também poderão ser prorrogadas para um ano, após a parcela final. De maneira que também esse

peso sobre a renda do agricultor está aliviado e contempla aquelas operações do Finame, quer seja com o recurso equalizado pelo Tesouro ou não e também a exigibilidade do crédito rural, que são os depósitos à vista e mais o Pronaf, o Proger Rural, ou seja, todas as operações de investimento vencíveis este ano, estão prorrogadas.

É claro que a medida não se generaliza para setores que estão com renda boa. Então, a cana-de-açúcar, o café, o fumo, tem algumas lavouras que não têm problemas, esses não serão contemplados, porque a renda vai dar para pagar tranquilamente.

Mais uma vez repetindo, para os produtores cuja renda está concentrada naqueles produtos, vamos fazer a prorrogação automática, de maneira que basta o produtor fazer um pedido ao Banco, que promoveremos essa prorrogação.

Até o dia 31 de julho, as pessoas que têm esse tipo de dívida acertada no Banco, têm que apresentar uma cartinha que já está padronizada. Ele faz a solicitação, de maneira que possamos colocar essas regras na dívida dele e fazer o alongamento.

Ali, apenas uma minuta da solicitação que os produtores vão fazer, já está padronizado e vai estar à disposição a partir de amanhã nas nossas agências.

Além da questão da prorrogação, o Governo e o Banco do Brasil - porque temos disponibilidade orçamentária - estamos alocando recursos para apoiar os agricultores na estocagem, ou seja, além das prorrogações, os produtores que tiverem os seus produtos estocados - podemos fazer um financiamento para ele, para que ele aguarde a venda do produto em uma época mais oportuna. Este ano é diferente do ano passado. Podemos também fazer o EGF de produto que esteja vinculado ao custeio, desde que o custeio seja liquidado, o que não podia ser feito no ano passado. Ao mesmo tempo, o nível de assistência que podemos dar a cada produtor nessas operações foi elevado, ou seja, podemos aplicar mais recurso na comercialização com cada produtor, do que podíamos fazer no ano passado.

Tem uma resolução que deve sair do Codefat, que é do fundo do trabalhador, que são os recursos para o que chamamos de FAT - Giro Rural. É um dinheiro do FAT que foi direcionado para os produtores pagarem dívidas junto aos fornecedores. Com essa resolução estamos permitindo que eles paguem dívidas também ao agente financeiro, não só aos fornecedores. Com isso, podemos ter um instrumento disponibilizado para ajudar os agricultores a regularizar algum outro débito e no caso do Banco do Brasil, o principal débito é das CPR's, que não caracteriza como crédito rural e como tal não podem ser prorrogadas. Com essa resolução, temos como ajudar a pagar um pedacinho, prorrogar outro, fazendo esse tipo de operação. A reestruturação da FAT, da linha - como falei agora -, que vamos poder utilizar para regularizar a dívida nos Bancos.

Em linhas gerais é assim: o que tem mesmo que ser pago este ano é o custeio. Outras dívidas podem ser

transferidas e as CPR's vamos ajudar os agricultores a regularizar. Ainda assim a dívida de custeio, situações especiais em que perdeu a safra ou que a renda não deu para pagar, podemos usar o Manual de Crédito Rural 269 e prorrogar.

Eu diria que está de bom tamanho o conjunto de regras que o Governo disponibilizou. Estaremos fazendo um trabalho intenso, aqui no Estado. O Danilo está se estruturando para fazer reunião com os regionais, para fazer visita ao interior do Estado, reunir com os gerentes. E ao mesmo tempo, estamos gerando, daqui a pouco mais, as regras para o financiamento de uma nova safra, porque não adianta também só prorrogar dívida, mas o que precisamos é apoiar os agricultores para continuarem em suas atividades, porque estamos apostando que estamos vivendo um momento transitório de situação difícil, mas que se trabalharmos com afinco, nós agentes financeiros, os produtores, as lideranças, se tocarmos realmente essas medidas adequadamente, vamos ajudar os agricultores a tocar a vida para frente e, por certo, momentos melhores virão por aí.

Vamos ficar à disposição, eu e o Danilo, Sr. Presidente, para qualquer esclarecimento adicional que V. Exa. julgar conveniente.

Interpeladores:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está inscrito o Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão, gostaria de cumprimentar V. Exa. por esta oportunidade! Agradecer a presença do Danilo, que fez uma exposição do que significa o Banco do Brasil para o nosso Estado e também agradecer a presença do Dr. Ricardo Conceição, que como havia dito antes de sua presença aqui na Assembléia, está acima dos governos, é um patrimônio do Banco do Brasil e do nosso agricultor, do nosso país, enfim, pelos trabalhos que tem prestado para a agricultura nacional durante muitos anos! Quero cumprimentar a todas as lideranças que aqui estão, da Ocepar, da Faep, Secretário da Agricultura, Dr. Nilton, enfim, lideranças do setor agropecuário, da Fetap, das entidades presentes aqui e cumprimentar também a todos os funcionários do Banco do Brasil - creio que todos nós, quando falarmos sempre nas instituições financeiras do país, devemos sempre ter uma referência com relação ao Banco do Brasil, porque é um Banco público, braço de desenvolvimento do nosso país e é por onde se financia o desenvolvimento de setores importantes da economia nacional e para o setor do agronegócio é uma união muito grande entre o Banco do Brasil e o nosso produtor.

Quero, Dr. Ricardo Conceição, dizer que ainda ontem ocupávamos aquela tribuna e reclamávamos que

houve o anúncio das medidas e não havia ainda a concretização - o agricultor ia ao Banco e ainda não tinha nada. E veja que hoje o senhor está, como Vice-Presidente do Banco do Brasil, anunciando as medidas que foram colocadas. Não é pelo meu pronunciamento, é óbvio, mas é por uma feliz coincidência que V. Sa. está aqui dando o esclarecimento do que vai valer para essa situação.

O Paraná é um Estado que tem uma vinculação muito forte ainda com o setor agropecuário, no seu desenvolvimento e na sua economia. Nós estamos sentindo gravemente essa crise. O Paraná era o quarto Estado da Federação na oferta de número de empregos e hoje é o 19º, reflexo direto dessa situação do agronegócio, porque tivemos a questão da febre aftosa, a gripe aviária, o problema do preço e porque tivemos o problema climático. Acho que essas medidas, como o senhor disse, elas são, sim, importantes, porque tiram o sufoco momentâneo do nosso produtor. Esperamos que um dia possamos ter uma política de longo prazo para a nossa agricultura, que não dependa dessa situação, que o agricultor não fique à mercê do mercado ou das intempéries, mas que possamos ter, enfim, uma política estratégica para a agricultura de longo prazo. Mas, acho que realmente vai dar um fôlego para nossos agricultores, principalmente àqueles que, vencidos os contratos, não tinham condições de pagar e não havia o que fazer, porque viria a próxima safra e se não têm condições e pagar a dívida que têm agora, muito menos também de fazer a próxima safra. Então, vai dar, sim, um fôlego para os nossos agricultores.

Gostaria de pedir ao senhor - é uma coisa que não vi aqui - com relação à questão do Pesa e da securitização; eu, sinceramente não vi, como é que vai ficar essa situação. E as dívidas, por exemplo, aquelas dívidas que estavam vencidas, que foram prorrogadas já do ano passado, também serão prorrogadas para a última parcela?

E se existe, essa questão da securitização e se foi previsto isso - o senhor me perdoe, inclusive, porque não consegui ver isso?

O SR. RICARDO ALVES DA CONCEIÇÃO

Na verdade, Deputado, o senhor não viu porque nós não mostramos mesmo. É assim, as dívidas prorrogadas no ano passado terão, sim, nova prorrogação. Então, os custeios e quem perdeu a safra serão prorrogados para uma parcela após o vencimento final e os investimentos também. Então, prorrogadas e vencíveis este ano, decorrentes de operações que se encontravam normais, mas estão vencendo também, vão ser prorrogadas para uma parcela após, no caso do investimento.

O Pesa - Securitização são créditos que a União tem junto aos produtores. Na verdade, o produtor não deve ao Banco do Brasil, ele deve ao Tesouro Nacional, porque o Tesouro adquiriu essas dívidas, transferiu, quer dizer, o Banco transferiu o crédito para o Tesouro. O Tesouro pagou ao Banco. Para qualquer medida que implique em algum tipo de prorrogação depende do Con-

gresso Nacional, porque só lei altera os prazos que estão estabelecidos. Não me consta que haja qualquer movimento no sentido da prorrogação desses débitos.

Em nível do Ministério da Agricultura, alguns Parlamentares chegaram a levar uma proposta no sentido de que aqueles que estavam, até dezembro de 2004, em situação regular, que tivessem algum benefício da prorrogação do Pesa-Securitização, porque aí, sim, foi decorrente da crise. Porque posso lhe garantir que tem alguns milhares de agricultores que estão inadimplentes desde o primeiro dia em que venceu, há cinco ou seis anos, e todas as prorrogações que se dá também não pagam. Então, tem um conjunto, que não é o caso de prorrogar, porque isso já está para lá, já passou a régua, isso não vem. Agora tem algumas situações em que o Ministério da Agricultura procurou conversar com a União para ver se era possível colocar alguma flexibilidade. Na nossa avaliação, as parcelas são pequenas, porque aquilo foi prorrogado para vinte e cinco anos.

Então, as pessoas que prorrogaram o que têm para pagar dessa parcela é pequena, não chega a ser um peso tão grande se avaliarmos como pretendemos. Todos esses débitos dessas outras operações e até mesmo no caso do custeio, situações específicas, vamos fazer algum tipo de prorrogação; os produtores teriam como regularizar a parcela do Pesa-Securitização.

Mas, respondendo, concretamente, não compuseram essas parcelas o conjunto de medidas que o Governo anunciou.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Uma boa-tarde a todos que aqui estão. É uma grande honra receber o Sr. Ricardo Conceição neste plenário. E a sua resposta à pergunta do Deputado Zucchi foi bem interessante; o Governo tomou a decisão de tomar por medida administrativa, não fez por medida provisória. Isso que foi interessante, porque deu celeridade ao processo. Se tivesse feito por medida provisória teriam muitas emendas de gente que, infelizmente, conseguiu várias e várias prorrogações e, ficou empurrando com a barriga as contas.

Foi uma medida inteligente do Governo, deu celeridade. E aqueles que, realmente, foram prejudicados com a seca e que têm problemas, vão poder ser beneficiados. Eu, pessoalmente, como agricultor, sei que os inadimplentes históricos do Banco do Brasil, vão ser beneficiados. É uma pena que os preços não tenham ajudado, mas, é, são commodities. E o produtor tem que mudar essa concepção cultural e vai precisar diversificar cada vez mais. E eu não vejo que houve uma disposição ímpar neste momento, na República, de dar celeridade. O Governo realmente foi sensível ao apelo de toda a classe produtora do país. Remeteu ao Conselho Nacional e as medidas foram tomadas de forma inteligente.

Quero parabenizá-lo. Vejo que vai dar celeridade, em cada caso vai dar uma tranquilidade, porque de fato há um desespero generalizado dos agricultores do Paraná.

Eu sou muito cobrado, como Presidente do Bloco Agropecuário, vou para o interior e às vezes ficamos constrangidos porque muito se fala que a culpa é do Governo e o preço dos commodities sabe-se que é Bolsa de Chicago. Mas, enfim, é extremamente gratificante, Sr. Presidente, esta Casa promover este tipo de debate, porque são os senhores, do Banco, que estão dizendo que são medidas que realmente vêm atender o apelo de todo o setor produtivo agropecuário.

Estou muito feliz com a presença de vocês.

Obrigado.

O SR. RICARDO CONCEIÇÃO

Deputado, agradeço os seus comentários. Permita-me fazer dois registros.

O primeiro, é na mesma linha que o senhor colocou. Realmente o Governo Federal, ciente de todo o drama, e realmente a classe política levou essas angústias ao Governo Federal, e aí o Ministro Roberto Rodrigues, que é o grande líder nesse processo junto ao Governo, batalhou bastante, apoiado por toda a Bancada ruralista, e o Governo foi sensível e realmente as medidas saíram na hora certa. Às vezes falamos que demorou um pouquinho a circular e tal, mas até a comunicação já foi feita e isto vai permitir esse alívio, mas ao mesmo tempo é provável que consigamos estimular uma melhoria de preços, porque os custos não vencem agora, vão vencer de junho em diante, talvez alguma coisa vença em maio, mas vai ser de junho em diante. E aí eles se vencerão em cinco parcelas. Os investimentos não precisam pagar agora. O que prorrogou do ano passado também não precisa pagar agora. Então, o sufoco de ter que vender produto para pagar a dívida no Banco, estamos aliviando, e isto influencia preço - o mercado comprador percebe que os produtores não estarão, a partir destas medidas, com a corda no pescoço - pode estar apertado, mas não está com tanta necessidade de ter que vender de qualquer maneira para poder pagar o Banco.

Nós, rigorosamente, queremos receber direitinho aquilo que os produtores nos devem, mas não temos tanta pressa, tem que pagar agora - paga na hora certa. E mais: vamos ajudar fazer a estocagem de algum produto adicional ao custeio que as pessoas têm, bota no armazém, traz o comprovante de depósito aqui, vamos financiar para que ele venda esse produto de maneira mais gradativa.

Temos esta expectativa que essas medidas também podem favorecer um aquecimento no preço de mercado.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Quero também parabenizar o nosso Presidente, Deputado Hermas Brandão, por esta iniciativa de trazer um debate importante como este aqui na Casa, cumpri-

mentar, parabenizar pela explanação do Dr. Ricardo e também o Danilo. Estendo o cumprimento a toda a equipe do Banco do Brasil que se faz presente.

Como o Deputado Elton mencionava, nós também, que vivemos no interior, sentimos diretamente, todo o dia, quando conversamos com os nossos agricultores, esta cobrança. Estávamos angustiados, esperando que algumas medidas fossem tomadas e acredito que medidas como estas venha amenizar, no mínimo venham o sofrimento, as dificuldades por que passa a nossa agricultura. De uma maneira especial, falando do nosso Estado e regiões como o Oeste, Sudoeste que sofreram três estiagens consecutivas, e então praticamente descapitalizou totalmente os nossos agricultores. Então, é uma preocupação muito grande que temos e acredito que isto venha amenizar.

Ficou uma certa dúvida com relação ao que vai ser a prorrogação automática, que acho que já vai auxiliar bastante, vai agilizar o processo e não vi a questão do feijão. Não entendi por que não entrou também a questão do feijão e também agora, a partir de hoje saindo essas medidas, sendo promulgadas, como está? O Banco já tem essa agilidade para repassar para os gerentes, isso vai ser ágil nas gerências ou de repente o pessoal chega ao Banco e atrasa um pouco? Porque sabemos da necessidade, da urgência e da angústia por que passam os agricultores.

Então, quais são as medidas que o Banco está tomando, neste momento, para agilizar esse processo? O que está sendo repassado para os gerentes? E se tiver como explicar, como ficou a questão do feijão?

O SR. RICARDO CONCEIÇÃO

Quanto à agilidade, vou passar para o Danilo em seguida mas quanto ao feijão, não sei se vocês perceberam, ali nós não dissemos que são só aqueles produtos; dissemos aqueles produtos que, claramente, tiveram preços defasados, vamos adotar medidas automatizadas, ou seja: não conversa muito não, prorroga porque está claro que os preços estão baixos e não vai dar para pagar o investimento.

No caso de pessoas cuja atividade está concentrada no feijão, vamos analisar, vamos verificar, aí é caso a caso, não sei como está o preço do feijão hoje, mas se colheu e o preço está bom, não vai prorrogar, se colheu e o preço está ruim, feito o cálculo, a renda dele não dá para pagar a conta, nós prorrogamos.

O SR. DANILO ANGST

Deputada, pretendemos, nos próximos dias, e quando falamos próximos dias é esta semana ou início da semana que vem, reunir todos os nossos superintendentes regionais e os principais gerentes para que, na sequência, reünam-se com as lideranças em cada município, para esclarecer as medidas. O mais importante, neste momento, é comunicação, não precisa sair correndo para o Banco para pedir prorrogação, estaremos, através das

entidades, orientando o produtor como proceder, como encaminhar o pedido. Nossa intenção é até o final do mês de maio estar com todas as prorrogações encaminhadas. Temos uma proposta bem mais ousada e estamos discutindo com o Dr. Ricardo hoje que já estamos olhando lá na frente, na contratação da nossa safra. Este ano a idéia nossa é antecipar a renovação dos limites de crédito e antecipar a contratação da nossa safra, até para sinalizar claramente ao produtor que o Banco continua apoiando o agronegócio aqui no Estado do Paraná.

Vamos passar a orientação, vamos utilizar a imprensa mas, o produtor não precisa sair correndo; até o final de maio queremos estar com isso praticamente resolvido, aqui no Estado e vamos fazer isso através das entidades. Aliás, é importante registrar o apoio que temos de todas as entidades do agronegócio, todas as entidades estão aqui, junto conosco, falando a mesma linguagem, procurando o mesmo interesse, ou seja, causar o mínimo transtorno ao produtor. Que o produtor saia bem dessa história assim como todos nós, o Banco, o país como um todo, saiam bem dessa história. Vamos ter todo o empenho mas o pessoal não precisa sair correndo ao Banco, vamos fazer isso gradativamente, sem atropelo. É claro que tem alguns produtores que as operações já venceram ou estão vencendo, vamos contactar, esclarecer, as entidades vão nos ajudar, vamos fazer com toda tranquilidade. Acho que essa é notícia boa também, antecipamos a contratação da safra e recursos. O Dr. Ricardo já nos adiantou que teremos, isso é importante para a economia paranaense!

O SR. RICARDO CONCEIÇÃO

Bom, antes de o Presidente encerrar a Sessão, gostaria de registrar os nossos agradecimentos ao Presidente Hermas Brandão pelo convite que nos fez para aqui comparecer, agradecer também o mimo que ele me entregou agora há pouco, o pinhão do Estado do Paraná, símbolo do Estado. Vou colocar na minha mesa para ficar olhando para ele permanentemente.

Quero dizer a vocês que o Banco é isso que o Danilo mostrou, as medidas são essas que mostramos. Queremos, cada vez mais, ter a nossa presença, marcante dentro do Estado, podem contar com o Banco do Brasil, procure o Banco do Brasil quem, por acaso, ainda não é cliente do Banco. Experimentem, vocês vão gostar! Realmente o Banco é outro, estamos prontos a, cada vez mais, dar o atendimento que a nossa clientela merece.

Agradeço a vocês e a qualquer momento vamos estar por aí, o Estado, até pela sua natureza agrícola e também pelo relacionamento cada vez mais forte que temos ampliado com o Governo do Estado, com as autoridades públicas, nós, vez por outra, estaremos aqui, neste Estado maravilhoso, para rever meus conterrâneos por adoção.

Obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência em nome de todos os Parlamentares, quer agradecer ao Dr. Ricardo Alves da Conceição, que hoje nos dá a honra da sua visita a este Parlamento para anunciar em primeira mão as medidas que o Banco do Brasil está tomando para a liberação de recursos para o nosso País, especialmente para o nosso Estado.

Dr. Ricardo, o senhor sempre será muito bem-vindo à nossa terra, mesmo quando não for para trazer boas notícias, a presença sua já é gratificante, aqui, entre os paranaenses. Agradecer ao Danilo; ao Antônio Bozzi; ao Idemar e aos demais membros do Banco do Brasil que nos honram com sua presença; nosso Secretário da Agricultura; a Faep; a Fetaep; a Associação Comercial do Paraná, que está aqui representada pelo seu Presidente Dr. Cláudio Slavieiro e na certeza que juntos vamos sair desse momento crítico que passa o nosso setor. Incluo-me entre os do setor, porque sou agropecuarista desde 67. E realmente o momento não é fácil. Mas vamos sair, o Paraná é muito forte, responde muito rapidamente e com o apoio do Banco do Brasil com certeza, principalmente para os pequenos agricultores nos faremos deste Estado um Paraná forte.

O Dr. Ricardo estará à disposição para receber a imprensa no Salão Nobre da Casa e também, para receber os cumprimentos.

Suspendo a Sessão por cinco minuto.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade aos trabalhos, conforme requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, aprovado por todos os Srs. Parlamentares, no Grande Expediente de hoje, temos dez minutos reservados à APP. Posteriormente, teremos a presença do Dr. Jeferson Nogarolli, Presidente da Faciap e do Dr. Cláudio Slaviero, Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Tenho a honra de convidar o professor José Lemos, para usar a tribuna, quando hoje se comemora 59 anos da APP, da nossa aguerrida APP.

Professor José Lemos

O SR. JOSÉ LEMOS

É com muita satisfação, com muita alegria que cumprimos Sras. e Srs. Deputados, todos os trabalhadores desta Casa de Leis, os visitantes, que conosco comemoram os 59 anos da APP. Cumprimos os nossos educadores, que representam mais de cento e vinte e cinco mil no Estado, entre aposentados e da ativa, funcionários e funcionárias da rede pública estadual do Paraná.

A APP completa hoje 59 anos. Fundada em 1947, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de somar-se com as demais entidades do Paraná, do Brasil e do mundo, para construir um mundo melhor para todos

nós, um mundo onde possamos viver com dignidade, acabando com a exploração, acabando inclusive, com a necessidade de se promover a guerra. O objetivo de fundação da APP tem sido assegurado em toda a sua trajetória. Hoje, seguimos lutando, lutando para que este propósito da criação da APP permaneça vivo. Quando lutamos para melhorar a qualidade da escola, estamos lutando para melhorar a vida das pessoas.

Então, nós, aqui nesta Casa, estamos pedindo o apoio dos Srs. e Sras. Parlamentares para votarem a favor dos projetos que interessam à educação e aos educadores, e que interessam sobremaneira, a todos que procuram e necessitam da escola pública do nosso Estado. Portanto, ao lutar para melhorar os salários dos funcionários, dos professores, estamos lutando para que esses educadores não precisem fazer “bico”, trabalhando fora da sua jornada para complementar a receita e o Projeto nº 149, que tramita nesta Casa e que foi muito bem recebido e apresentado por vinte e três Deputados, ontem, por unanimidade aprovado na CCJ, é um projeto importante, porque assegura que, no mínimo, os educadores do Paraná receberão o mesmo salário pago aos demais servidores.

É bom registrar que os demais servidores não ganham um salário ideal, ainda estão com os salários defasados. Mas, equiparar o salário dos professores com os demais servidores já é um passo importante; melhorando assim a sua vida, melhoraremos, com certeza, a qualidade do trabalho na escola.

Outro projeto muito bem recebido por esta Casa, assinado por vinte e três Deputados, é o Projeto nº 150, que ontem, também por unanimidade recebeu a aprovação na CCJ. Ele trata do Plano de Carreira para os funcionários de escola. Este plano foi debatido com o Governo, em vinte e sete reuniões. Fechamos a proposta com a Secretaria da Educação, entretanto, ele não veio para cá, via Poder Executivo. Nós então chegamos à conclusão que tínhamos que trazer a esta Casa. Queremos que ele seja votado e aprovado para que tenhamos no Paraná, carreira na educação para os vinte e cinco mil funcionários de escola, a exemplo do que já temos nos demais Estados do Brasil.

Nesta Casa, também tramita um projeto importante, Projeto nº 151, que incluirá na disciplina obrigatória, na matriz curricular do Ensino Médio do Paraná, as disciplinas de Sociologia e Filosofia. É de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Esse projeto interessa a todos os professores, funcionários de escola e toda a sociedade paranaense que precisa da escola pública. Isso vai enriquecer a nossa matriz curricular e com certeza a Escola Pública será melhor para os nossos filhos.

Um projeto já aprovado nesta Casa, o Projeto nº 486, que recebeu o apoio unânime, em dezembro. Ele trata de disciplinar o número máximo de alunos por sala de aula, que recebeu um veto do Governador no início deste ano. Esse projeto, a qualquer momento, virá para o plenário, para ser apreciado o veto.

Fazemos um apelo aos Deputados e Deputadas, para que possamos convencer o Governador, inclusive, da importância desse projeto. porque mais de trinta e cinco alunos por turma, no Ensino Médio é difícil para trabalhar. Mais de trinta alunos, no Ensino Fundamental é difícil de trabalhar. De 1ª a 4ª série também é muito difícil. Na medida em que se consiga, a partir de 2007, chegando em 2010, com todas as salas garantindo esse teto máximo de aluno por turma, com certeza vamos reduzir a reprovação escolar, evasão escolar e vamos, com isso, melhorar o trabalho de cada professor dentro da sala de aula. O aluno vai aprender mais.

Esse é um projeto importante e merece todo o apoio também desta Casa de Leis. Também estamos preocupados com o investimento na educação. Ele tem caído nos últimos onze anos, cada ano, reduz na mesma proporção que a receita aumenta, de modo que em 95, o Paraná aplicou dos impostos na educação básica, 31%; no ano passado chegou a 20,4%.

Na educação superior, aplicou em 95, 7,11%. No ano passado chegou a 4,7%. Então, há uma redução gradativa e isso precisa ser estancado e precisamos retomar a aplicação de pelo menos 25% na educação básica.

Nós observamos que está havendo uma queda de matrículas. Em 2003, por exemplo, tínhamos matriculado, no ensino fundamental 766 mil 435 alunos na Rede Estadual. O ano passado foi 741 mil 430 alunos, houve queda. No ensino médio tínhamos 410.504 alunos em 2003. No ano passado 409.489. No ensino especial tínhamos em 2003, 1135 alunos. No ano passado chegamos a 1.102. Na educação de jovens e adultos, tínhamos 125.033 alunos, no ano passado chegou a 65.654. Ensino infantil, 1767 alunos; no ano passado, 1553.

Veja! Houve redução de matrícula e fomos observar se havia caído a taxa de natalidade. Não. Ao contrário. Isso significa que temos mais crianças fora da escola. Fomos buscar os dados do IMEP para ver o que está acontecendo. No ensino médio o Paraná está atendendo 46% da demanda, deixando de atender 54%. Isso é grave, acaba gerando violência, como estamos presenciando nas escolas. Em Almirante Tamandaré, por exemplo, aquela escola vivendo o terror, a comunidade com medo e observamos que vários jovens, como na Fazenda Rio Grande, aquele ato de hoje, com dez escolas na rua, na Fazenda Rio Grande pedindo segurança. Observamos que aqueles jovens que podiam estar na escola, não estão, e estão se tornando criminosos, atacando as escolas, os professores, os funcionários de escola matando alunos como aconteceu no começo do ano; até agora, só numa escola da Fazenda Rio Grande dois alunos de uma Escola Estadual. É lamentável, precisamos investir mais na educação para colocar o maior número de alunos nas escolas.

Precisamos colocar 100%; e mais do que colocar 100% na escola, garantir que ele vai aprender e aprender bastante, para poder gerir a sua própria existência, com

capacidade de amar e de ser amado. Jamais ser preso, torturado nas cadeias que já não cabem mais marginais.

Nós, por isso, só neste Governo Requião, fizemos sete paralisações. Não é porque é ano eleitoral que estamos nas ruas, não. No primeiro ano de mandato do Governador Roberto Requião fizemos duas paralisações. E no dia 15 de outubro, Dia do Professor, essa tribuna, em 2003, usei quando nos foi apresentado uma proposta de tabela no primeiro projeto de plano de carreira que equiparava o salário dos professores com os demais servidores do Estado. Depois o Governo não pôde sustentar, mas garantiu que negociaria conosco e até o final do mandato essa equiparação chegaria. Citamos o exemplo de Alagoas, que há quinze dias aprovou, em três parcelas, a equiparação. Uma parcela para maio, outubro e outra para dezembro. E lá em dezembro os professores receberam 2030 reais para começar carreira igual aos demais servidores daquele Estado.

Esse exemplo bom de Alagoas precisa ser acolhido pelo Estado do Paraná. E queremos que esta Casa de Leis, que tem vários Deputados, são 54, todos a favor da educação, que nos ajudem a convencer o Secretário de Estado da Educação, o Governador Roberto Requião de que a APP não é inimiga, ela é uma entidade que ao completar 59 anos completa com maturidade e quer, na verdade, fazer com que a Escola Pública do Paraná seja a melhor para o nosso povo, a melhor do Brasil.

Então, conclamamos todos a estarem conosco, inclusive hoje à noite lá no Hotel Caravelle - reforçamos o convite - onde várias entidades estarão conosco para que possamos, num tempo maior, complementar esta comemoração dos 59 anos da APP, que marca o início das comemorações dos sessenta anos da APP.

Finalizando esta minha intervenção, peço o apoio dos Deputados para mudar a Lei Complementar nº 108, que demitiu, ontem, milhares de professores, porque tiveram contrato no ano passado, após aprovação da lei aqui na Assembléia Legislativa. Contratos de quinze, trinta dias, agora estão impedidos, porque segundo o Governo, esta lei proíbe recontratar, a não ser dois anos depois do término do primeiro contrato. Temos nas galerias, inclusive, professores demitidos. Pedimos o apoio dos Deputados para reverter isto, porque é um absurdo. Só uma escola de Cascavel, no dia de ontem, ficou sem cinco professores e não tem professores para colocar no lugar. Ela não pode funcionar assim.

Quero agradecer mais uma vez a boa recepção da Assembléia Legislativa, agradecer a todos os Parlamentares, ao Deputado Ângelo Vanhoni, que apresentou requerimento para que pudéssemos usar da tribuna no dia de hoje, e todos os Parlamentares que aprovaram este requerimento para que pudéssemos fazer uso da palavra.

Um grande abraço a todos, aos trabalhadores desta Casa, a todos os visitantes e também a toda a imprensa. A APP não é inimiga de ninguém. É parceira de todos aqueles que querem construir um mundo justo para todos nós.

Obrigado.

Interpeladores:

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros professores que aqui nos visitam, em especial o professor Lemos, Presidente da APP.

É com muita alegria que recebemos vocês aqui na Assembléia Legislativa, porque acho que é do entendimento de todos nós, se a vida humana pode ser transformada, é devido a duas características fundamentais: em primeiro lugar, a nossa capacidade de intelecto, de inteligência, de compreender o mundo no qual vivemos, de compreender a realidade. Em segundo lugar, algo que talvez venha daquilo que chamamos popularmente de vontade.

Quando temos uma idéia, o homem ou a multidão tem uma idéia e esta idéia está culminada com a vontade, transformamos o mundo e transformamos o real. A APP é uma entidade de classe que ao longo desses 59 anos tem uma tarefa fundamental na sociedade paranaense, que é aquilo que desejamos para todo ser humano: que todo conhecimento que a humanidade forjou, até hoje, possa ser distribuído para todos os homens e mulheres, indistintamente de raça, cor, credo, de condição econômica.

É por isso que uma entidade como esta recebe de todos nós o mais profundo carinho e um grande respeito, porque se vamos poder construir um Paraná e um Brasil diferentes para nossos filhos, para nossos netos, uma nova sociedade, um novo homem, uma nova mulher, só tem um caminho: é o caminho do conhecimento. E os professores e sua entidade são os primeiros a defender e a fomentar para que o maior número, o maior grau de conhecimento possa estar à disposição da maior parte da população. Então, nesta entidade que V. Exa. dirige com tanto denodo, com tanto afincio, na defesa dos interesses dos professores, aqui e acolá esta entidade vai se contrapor, por problemas com a administração do Estado, com este Governo, com outros governos, mas entendemos que isto faz parte de um processo democrático.

Mas, a razão principal da existência de uma entidade como esta, em primeiro lugar está na defesa da educação, como um princípio transformador e norteador do ser humano. Em segundo lugar, para que isso possa ser realizado, a defesa dos interesses dos professores. Não há educação que possa transformar uma sociedade que não passe por uma condição digna dos seus mestres, dos professores. E disto a APP não abre mão. É bom que seja assim, é bom que a entidade lute, que brigue, que reivindique e que defenda os interesses da maior parte do nosso povo, que é uma educação de qualidade e uma sociedade mais democrática.

Parabéns pelos 59 anos, rumo aos sessenta. Continuem assim, brigando e defendendo a escola pública, a educação e a democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos agradecer a presença do Presidente da APP, José Lemos, que por sinal a APP tem um tratamento todo diferenciado nesta Casa, sempre foi dado espaço democrático para que ela se manifeste; não só a APP, todas as entidades que vêm a esta Casa, abrimos o espaço para discussão.

Nossos cumprimentos pelo aniversário, cumprimentando todos os professores, da ativa, e aqueles que já não estão mais, mas que prestaram um grande trabalho aos jovens paranaenses.

Dentro da programação desta Sessão, vamos ouvir o Dr. Cláudio Slaviero, Presidente da Associação Comercial do Paraná, que falará sobre a posição da entidade quanto ao salário mínimo regional. Realçando mais uma vez o espaço democrático que esta Assembléia abriu para discutir essa importante Mensagem do Exmo. Governador do Estado.

Com a palavra o Dr. Cláudio Slaviero.

Sr. Cláudio Slaviero - Presidente da Associação Comercial do Paraná

O SR. CLÁUDIO SLAVIERO

(Lê):

“Srs. Deputados:

Agradeço-lhes o convite e a oportunidade de aqui, na Assembléia Legislativa do Paraná, expor, com clareza e objetividade, a posição e a opinião dos segmentos produtivos representados pela entidade que presido, sobre o Projeto de Lei nº 002/06, que tramita nesta Casa de Leis.

A Associação Comercial do Paraná é uma entidade que, ao longo de seus 115 anos, notabilizou-se pela defesa dos direitos dos cidadãos e pela responsabilidade na condução de todos os assuntos. Há mais de um século a ACP é uma entidade política, ciente de sua responsabilidade perante os destinos do Paraná e do país. Mas, é uma entidade apartidária, despida de interesses políticos/eleitorais e que não pode, sob nenhum pretexto, servir a um ou outro grupo partidário. Repito: a ACP notabiliza-se pela responsabilidade.

Portanto, com esta responsabilidade, vou abordar o assunto: aumento de salário mínimo.

Como ciência exata, a economia não está sujeita a outra lógica que não a científica. E é sob o prisma de sustentação da ciência econômica que o aumento de salário mínimo deve ser analisado. Não é possível abordá-lo com o enfoque político-eleitoral. Nossa responsabilidade é muito grande. Uma das leis, muito clara da ciência econômica, ensina que o valor ou mesmo o aumento de salário nada mais exprime do que a produtividade de cada segmento econômico. E é assim que este assunto deve ser visto, sem paternalismo, sem demagogia ou outro sentimento que não seja uma análise racional das circunstâncias.

Sob a ótica da racionalidade econômica (e as sociedades que prosperam sabem muito bem disso), os

aumentos reais de salário apenas têm justificativa quando sustentados por ganhos de produtividade do trabalho. Fora desse contexto, a atribuição de valores salariais, acima de evolução dos ganhos de produtividade, implica inexoravelmente o sacrifício de remunerações que são oferecidas a outros fatores de produção. Não é preciso ser nenhum mestre em economia para saber disto.

O ganho extra conferido aos salários além do aumento da produtividade do trabalho será custeado ou pela via do estreitamento ou da diminuição das margens de resultado do capital investido, que já são exíguas. Isto, inclusive, se formos pensar no contingente de trabalhadores, como alguns dizem pensar, pode comprometer a geração de novos empregos. Nossos associados foram enfáticos ao frisar a possibilidade não só de não gerar novos empregos, mas também diminuí-los por não suportar este aumento. Este processo, de forma enviesada, atingiria as pessoas de menor renda, aquelas que seriam, como alguns propagam em discursos sem fundamentação lógica, as beneficiadas pela estipulação dos pisos salariais propostos no Projeto de Lei nº 002/06.

Cabe a cada um de nós, tem ou deve ter, isto sim, a responsabilidade de organizar a produção de bens e serviços com equilíbrio econômico-financeiro, para preservar e a expandir empregos e salários, mesmo neste ambiente de aperto monetário que hoje penaliza, de forma absurda, o setor privado pelo exorbitante custo do capital e da excessiva carga tributária. A responsabilidade, senhores, é de cada um de nós.

O Governo Federal tem praticado uma política econômica altamente concentradora de renda; uma economia centrada no lucro especulativo e não no bem-estar da maioria. A questão é romper as causas estruturais que fazem o salário mínimo tão baixo no Brasil e não fazer demagogia com algo tão sério.

A política de reajuste do salário mínimo deve considerar não só a alardeada distribuição de renda, mas também a capacidade econômico-financeira das empresas e o impacto fiscal sobre as contas públicas, que não podem mais ser pagas por elevação de carga tributária e sim pela redução dos juros interplanetários praticados em nosso país. Lembro aos senhores, com todas as letras, que nos setores de serviço e de comércio, que empregam mais de quatro milhões de trabalhadores em todo o país, o reajuste salarial tem um peso muito forte, especialmente nas microempresas, muito sensíveis a alterações na folha de pagamentos acima dos ganhos de produtividade.

Dos oito mil associados da nossa entidade, 80% são micro e pequenos empresários. É preciso ouvir deles o que um reajuste como este que está sendo proposto pelo Projeto de Lei nº 002/06 causaria para sua atividade. Não há sentido em discutir valores de salário mínimo dizendo que é preciso aumentar a renda, sem levar em conta os impactos sobre determinados setores. O salário mínimo tem que ser tratado juntamente com o crescimento econômico do país. E esta é a expressão do setor que a Associação Comercial do Paraná, com muito orgulho,

representa. Eu friso: não se conquista distribuição de renda por imposição legislativa.

Não somos contra o aumento de salário mínimo que está sendo proposto simplesmente porque estamos contra a classe trabalhadora, como fazem questão de propagar. Muito pelo contrário. Reafirmo o que disse também em outras oportunidades: há o salário **ideal**, que todos desejamos, e há o salário **real**, aquele que a economia de um Estado, como o Paraná, ou de um país como o Brasil, pode suportar.

A melhoria da qualidade de vida da população tem que ser a preocupação central de todos - de todos - os líderes políticos, na acepção mais abrangente do termo, e de todos aqueles que se pretendem cidadãos. É importante discutir não só o valor direto do salário mínimo, mas também seus valores indiretos, sob a forma de uma boa educação, de um bom sistema de saúde e de apoio à habitação.

Assim como é inevitável reconhecer que o valor atual do salário mínimo é baixo, é impossível fugir à luz dos fatos. Não há como fazer mágica. Não há como proporcionar um salário mínimo melhor com um PIB que cresce 2,3 ao ano no país. Não há como proporcionar um salário mínimo melhor de dentro de um PIB paranaense que demonstra estagnação, ao crescer 0,3% no mesmo período, segundo o Iparides, sendo que as atividades comerciais de varejo registraram variação negativa de 1% do faturamento real. Aliás, eu indago: será que temos uma economia, ou um aumento de produtividade significativo em nosso Estado que absorva um salário mínimo, como está sendo proposto, de R\$ 437,00?

Pelo que sentimos nos vários setores produtivos do Estado, nós não temos. Apesar da boa vontade do Governador Roberto Requião, que a ACP reconhece, em isentar milhares de empresas do ICMS, de proporcionar um custo de energia elétrica dos mais baixos do país, apesar de várias decisões corretas no sentido de estimular o desenvolvimento no Estado, cumpre-nos a responsabilidade de dizer que nós não temos a capacidade para absorver o aumento de salário proposto.

Devo informar-lhes que os segmentos econômicos representados pela ACP têm, cada vez mais, margens diminutas em seus negócios, em função do descompasso entre uma grande oferta e uma procura muito menor.

Todos sabemos também que são necessárias mudanças estruturais agudas na sociedade brasileira, com investimentos nos setores que dinamizam a economia, que geram emprego e renda. Há um grande risco em elevar o salário mínimo sem que haja um crescimento maior da economia. E isto só não vê quem não quer ver ou escuda-se na demagogia. O espaço para o aumento real será construído a partir do crescimento econômico, gerador de renda. Caso contrário, será criada uma situação de risco.

Nós, os empresários paranaenses, percebemos isto e temos manifestado isto à comunidade, sem subterfúgios. Inclusive, eu já manifestara esses mesmos conceitos e preocupações em correspondência enviada a cada um

dos senhores. Não fugimos de nossa responsabilidade e sabemos, tanto quanto os senhores, da necessidade de maior dinâmica à economia, maior estímulo aos setores produtivos, da maior geração de empregos e de melhor distribuição de renda.

Não se pode, porém, ocupar-se em distribuir renda por definição e estipulação de leis não-econômicas. Eu diria que ela só acontecerá, de forma eficaz, pela via das reformas - da previdência e de tantas outras, a exemplo da tributária e administrativa. estas certamente são as que repercutem positivamente sobre a expansão da disponibilidade de renda e de poder de consumo dos cidadãos e sobre a eficiente realização das atividades de produção de bens e serviços.

Mas, repito mais uma vez: não se conquista distribuição de renda por imposição legislativa. Por todas essas considerações e em nome de seus milhares de filiados, a Associação Comercial do Paraná é **contrária** à aprovação do Projeto de Lei nº 002/06.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Seria essa a nossa contribuição que gostaria que fosse levada em consideração. Realmente o nosso setor de comércio, está sentindo na pele a defasagem na produtividade de renda.

Queria agradecer, imensamente, a oportunidade, especialmente ao Presidente da Casa, pelo respeito com que fui recebido e gostaria que todos os senhores levassem em consideração essas ponderações. Isso, Sr. Presidente, dará um impacto negativo, efetivamente, dentro do nosso setor econômico.

Obrigado a todos e boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos agradecer ao Dr. Cláudio Slaviero, Presidente da Associação Comercial do Paraná, por ter aceitado o nosso convite para debater essa Mensagem que está em tramitação nesta Casa, de suma importância à sociedade paranaense. Os nossos agradecimentos.

A seguir, teremos a apresentação e a palavra do Dr. Jefferson Nogaroli, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, que também prontamente aceitou o convite desta Casa para vir colocar a posição da Federação em relação ao projeto que discutimos.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, recordo-me que havia uma convocação ao Presidente da Copel para que viesse a esta Casa. Parecia-me que a data era hoje. Soube posteriormente, que foi retirada essa convocação.

Gostaria de saber se o Presidente da Copel não virá a esta Casa, porque temos uma série de questionamentos também com relação à Usina UEG.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os autores do requerimento retiraram, automaticamente não foi aprovado e não está convocado novamente, o Presidente da Copel.

Ele esteve ontem, junto com os demais Diretores, na Comissão de Fiscalização da Casa.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, então vou pedir a outros Deputados para serem subscritores de uma nova convocação porque há dados, além da Comissão de Fiscalização, com todo respeito pelo trabalho realizado pelo Deputado Neivo, mas há informações sob caráter mais generalista com relação ao contrato com a Petrobras, como ficaria.

Vou pedir a V. Exa. que considere se houver um novo pedido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero que V. Exa. apresente requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Quero informar que o Presidente da Copel, Dr. Rubens Ghilardi, o Diretor Luiz Antônio Rossafa e o Diretor Raul Munhoz passaram a manhã nesta Casa, no plenarinho, no Seminário de Bioenergia. Também estava o Presidente da Ocepar e autoridades do setor de Bioenergia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a visita do Presidente da Copel nesse Seminário que foi promovido por V. Exa.

Com a palavra, o Dr. Jefferson Nogaroli, Presidente da Faciap.

Sr. Jefferson Nogaroli - Presidente da Faciap

O SR. JEFFERSON NOGAROLI

Boa-tarde a todos. Quero saudar todos os Deputados na pessoa do Sr. Presidente Hermas Brandão, nosso amigo, grande parceiro do setor produtivo e as Sras. Deputadas, na pessoa da nossa querida Deputada Cida Borghetti, e dizer que é uma alegria estar aqui nesta Assembléia. Eu, que tenho atuado na Confederação das Associações Comerciais do Brasil e percorrido alguns estados, posso dizer que temos orgulho da Assembléia do Paraná, quando vemos tantas coisas acontecendo em outros estados e aqui não temos nenhum motivo de desonra e o privilégio de poder ter tantos amigos nesta Casa.

Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de abrir esse debate para a sociedade, porque esta é a Casa do Povo e todos devem ser ouvidos. É um assunto importante esse assunto do aumento do salário proposto pelo Governador.

Nosso Governador, todos sabem, é uma pessoa muito inteligente e que de maneira eficaz, colocou na pauta do Legislativo, uma questão tão importante como esta que é a questão de aumentar o salário mínimo. Porém, na qualidade de empresário do setor supermercadista, eu diria ao presidente que para mim seria excelente

se a lei passasse. Seria excelente num primeiro momento. Se eu pudesse aumentar para quinhentos ou seiscentos reais, já por decreto, podíamos aumentar e assim resolvíamos uma série de problemas.

Mas, neste momento, represento não a minha empresa, até porque na nossa empresa o menor salário de operadora de supermercados hoje, neste momento, é quatrocentos e vinte e dois reais.

Então, de um modo geral o setor do comércio pratica um piso bem acima do mínimo.

Hoje, estou na qualidade de Presidente da Federação que é composta por 40 mil empresas, das quais 98% são pequenas empresas e 250 Associações Comerciais. Antes de vir ao plenário fizemos uma pesquisa específica com os Presidentes e Dirigentes e todas as associações foram contra o aumento, por uma série de razões que vou tentar passar para vocês de maneira bem rápida, através do telão.

Fizemos, rapidamente, Sr. Presidente, para que pudesse facilitar o entendimento de uma questão tão importante, uma pequena apresentação de maneira bastante rápida.

Um breve histórico: todos sabem que o salário mínimo foi instituído ainda por Getúlio Vargas, em 38. Naquela época chegou-se a ter cinquenta salários mínimos regionais e de sub-região como se dizia na época. Em 40, a diferença do menor para o maior salário pago de uma região era de 2.6 vezes e vai seguindo nessa proporção que vocês estão vendo, até chegar em 74, quando o menor salário mínimo do Brasil vigente regional com o maior, a diferença era de 1.41 vezes. Em 84, o Governo unificou o salário mínimo e passou a ter um piso nacional de salário mínimo. Essa questão que recentemente voltou aos Estados, de poderem aplicar a questão do salário mínimo, já existiu no passado. Em 90, com aqueles índices altos de inflação, conseguimos colocar um crescimento real, entre 90 e 94, no salário mínimo em relação à inflação, de 10%. No Plano Real, de 94 a 99, 28% e 56% se foi em relação à cesta básica. Aqui, uma amostra de quando o salário mínimo no Brasil, em termos reais e sazonalizados, em 65 e 62, chegou a ter o maior índice. Hoje, em 2004, essa curva ascendente. Em 2006 já está bem acima disso e significa uma real recuperação do salário.

Algumas considerações acadêmicas que não vou me ater, vou depois entregar ao Presidente.

O problema do nosso Estado é que o Brasil tem diferentes brasis. Vivemos um momento que gostaria de chamar a atenção dos senhores, da especial dificuldade, que o Vice-Presidente do Banco do Brasil falou aqui. Em 2003 precisavam-se de 2.960 sacas, para comprar um trator de soja. Em 2004, 3.500. Em 2005, 4.946. E, com certeza, agora, em 2006, vai precisar de muito mais e só não vai precisar mais, porque o trator não está vendendo nada e a colheitadeira deve ter baixado um pouquinho. Mas, em 2006 são necessárias 29.7 sacas de soja para comprar uma tonelada de fertilizante. Hoje, o nosso agricultor pre-

cisa de 43 sacas de soja para comprar a mesma quantidade de fertilizante.

Este ano, o Ipardes, que é o Instituto do Governo do Paraná, diz o seguinte: as perdas da renda bruta na agricultura paranaense, de janeiro a março deste ano, foram da ordem de um bilhão, 570 milhões de reais. Ocorre é que essa redução tem impacto sobre a economia como um todo. De acordo com cálculos baseados na matriz insumo, que é a que faz o impacto da queda dessa circulante que não vem para a economia, chega-se ao número de menos de dois bilhões e quatrocentos milhões de reais em apenas três meses, Srs. Deputados.

Por outro lado, quando o Governo Lula assumiu, o último aumento dado pelo Governo Fernando Henrique - se os senhores lembrarem - foi R\$ 8,00 e se não me engano, de R\$ 232,00 para R\$ 240,00. Na época, R\$ 8,00 dava para comprar um pacote de arroz, até porque sou supermercadista e sei como funciona. Neste mês de abril os nossos trabalhadores, que ganham salário mínimo - que são poucos, pois a maioria já está acima disso - vão levar R\$ 50,00 a mais e R\$ 50,00, hoje, dá para comprar cinquenta quilos de franco ou dez pacotes de arroz, sendo que há dois anos e meio atrás, um pacote de arroz era R\$ 10,00 e hoje está R\$ 5,00, uma lata de óleo de soja era R\$ 2,20 e hoje está R\$ 1,30. Então, por que estou mostrando isso?

Mostrando que o momento econômico do nosso Estado não é dos melhores para aumentarmos os custos com recursos humanos, haja vista que o Governo Lula - e isso tem que ser dito - está dando o maior aumento da história recente do mínimo, na ordem de 15%. Quando o Lula entrou no Governo, o salário não era US\$ 70,00 e agora R\$ 350,00 será quase US\$ 170,00. Então, há um ganho muito grande, mas por outro lado, para que esse salário pudesse valer tanto dinheiro, tivemos que massacar a classe produtiva com uma âncora cambial de novo reduzindo a inflação e aumentando de uma maneira triste o rendimento dos nossos trabalhadores.

Há no Brasil hoje, que nós sabemos, dois estados que já adotam medidas de piso salarial diferenciado, só que lá no Rio de Janeiro eles fizeram uma coisa inteligente e pegaram os setores, porque há setores que podem pagar mais e há setores que se tiverem que pagar mais, vai gerar o subemprego, o emprego sem carteira, o emprego informal. Então, essa aí é a faixa de pisos e conforme a área que atua o cidadão, ele tem piso maior e conforme a área que é mais prejudicada, um piso menor - essa é a política em vigor, hoje, no Estado do Rio de Janeiro.

A influência do salário mínimo sobre o desemprego: em dezembro de 2000 não houve impacto sobre o desemprego e em 2001 também não. Em janeiro houve impacto positivo sobre o desemprego, quando foram adotadas essas medidas graduais, não tão deslocadas do salário nacional e por setor, por nicho de atividade. E temos um quadro comparativo e onde está DR significa demais regiões, que é o salário mínimo brasileiro e depois tem a

coluna RJ, Rio de Janeiro, e Rio de Grande do Sul. Só salientando que quando o salário mínimo no Brasil era R\$ 260,00, no Rio de Janeiro já era R\$ 326,00 e no Rio Grande do Sul R\$ 338,00.

Vamos tratar de alguns dos efeitos que podem ocorrer: a migração de trabalhadores de outros Estados para cá, em função desse maior valor que se pode acrescentar ao salário. Problemas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque sindicatos de órgãos públicos e prefeituras poderão estar buscando uma equiparação dos salários, mediante a Justiça. Impacto violento nas pequenas empresas e em especial dos pequenos municípios, em função da crise da agricultura, onde, com certeza, vai haver demissão e achatamento de salário. Temos que olhar o seguinte: quando o salário passa de R\$ 300,00 para R\$ 427,00, o custo do empresário sai de quase R\$ 500,00 com os encargos e vai para novecentos e pouco e para aqueles que são os maiores geradores de empregos, que têm dez funcionários, de repente, quatro mil reais é o lucro e mais um pouco da sua empresa. Então, vemos isso com bastante preocupação.

Gostaria de dizer que quando eu estudava, eu fazia faculdade, não conheci nenhum país no Mundo que tivesse um mercado consumidor forte com salários baixos; só tem a China, mas ela não tem mercado consumidor, o que eles estão fazendo é tratar de acabar com a fome do povo. Mesmo assim, a China vem aumentando ano a ano o valor do seu salário.

E eu aqui acho que posso até, mesmo sem autorização, falar em nome das duzentas e cinquenta associações comerciais. Achamos que o Estado do Paraná, pela força que tem, pela qualidade dos nossos trabalhadores, pela pujança da economia, pode e deve ter um salário mínimo maior do que do Piauí, por exemplo, que é um Estado muito mais pobre. Mas, não concordamos que isso deva ser feito por decreto, porque toda vez que se decreta alguma coisa na economia, as coisas não funcionam. Duas leis são irrevogáveis: a de mercado e a da gravidade. Não dá para revogar essas duas.

Então, a proposta que esta Casa, junto com as federações, junto com o Governo possa ter a condição de fazer um projeto de cinco, de sete anos e de trabalharmos um aumento real da ordem de 3%, 4%, 5%, de estabelecermos patamares, porque eu peço (...). Agora mesmo estávamos vendo os nosso amigos professores que merecidamente pleiteiam o aumento e o Estado não dá porque por decreto não consegue fazê-lo. Mas, pergunto para os senhores: uma professora que ganha mil e cem reais, que paga hoje trezentos reais para a sua funcionária e custa quatrocentos, a partir do momento que tiver que pagar quatrocentos e vinte e seis, mais encargos, e isso for para setecentos reais, será que ela vai ter condições de manter uma empregada doméstica?

Ou ele vai contratar sem carteira?

Ou ela vai demitir?

Então, há dissídios coletivos. O salário médio do comerciário, por exemplo, na minha cidade de Maringá,

está na faixa de quatrocentos e poucos reais, trezentos e noventa, quatrocentos, antes do aumento. Se passar de quatrocentos e vinte e seis, tem uma cláusula automática que dá um gatilho de 30% e esse salário vai para setecentos reais. Aí, eu digo para os senhores o seguinte: todos vão ser demitidos sem justa causa. Então, não podemos brincar, é uma coisa séria. Eu tiro o chapéu para o Governador Roberto Requião, que é meu amigo, avisei-o ontem que estaria contra, aqui, não à proposta de aumento, mas à forma, porque o Governador já ganhou, ele conseguiu com a sua sensibilidade com os programas da Luz Fraterna, de redução de impostos, com a ajuda desta Casa, colocar um grande assunto que, com certeza, vai auxiliar e muito a construção da sua imagem, que já é extremamente positiva. Mas, tenho certeza que nós podemos melhorar essa lei e contribuir para que ela venha ser eficaz para todos e, inclusive, para os próprios colaboradores, sob pena de que alguns que pensam que estarão ganhando, na grande maioria, vão estar perdendo.

Sr. Presidente, era isso, Fico à disposição, caso seja necessário mais algum esclarecimento e encaminho o estudo ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós queremos agradecer ao Sr. Jefferson Nogaroli por ter aceitado prontamente o convite desta Casa. Eu acho que esta Casa, apesar das críticas que recebemos de certos setores, foi a mais democrática possível na discussão, demos oportunidade, não só aos empregadores, mas também aos setores sindicais, para que viessem aqui se manifestar. E tenho certeza que os Deputados estão prontos para votar no próximo dia 03 e dia 04, conforme marcamos dentro da previsão de votação desse projeto.

Agradecemos a sua gentileza, a Federação das Associações Comerciais tem sido muito parceira desta Casa e temos discutido muito sobre os efeitos dos impostos hoje, não só os impostos estaduais, mas também os federais. E, com certeza, nessa luta, nessa união, vamos chegar àquilo que os paranaenses esperam e querem dos representantes aqui nesta Casa

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, perdoe-me, sei que não é o tema, mas apenas para agradecer e cumprimentar a Faciap e também a Associação Comercial pelo empenho que têm, publicamente, na luta contra o nepotismo.

Acho que este debate que fazemos sobre o salário mínimo é importante e junto com ele fizemos um importante debate aqui e os senhores estão de parabéns porque publicamente têm se colocado a favor da maioria do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme entendimento entre as lideranças da Situação e da Oposição, passaremos à Ordem do Dia, porque teremos mais uma Sessão normal, que é a anteci-

pação da Sessão de amanhã e teremos também uma Sessão Solene ainda, posteriormente, em homenagem ao Dia Internacional do Trabalhador, quando serão entregues 240 prêmios Personalidades Empreendedoras do Paraná, 12ª edição, por proposição do Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Havendo este acordo, como o senhor colocou, das lideranças, obviamente que não haverá Horário das Lideranças; eu havia solicitado ao Deputado Ângelo Vanhoni, Líder da Bancada do PT, para ocupar o Horário da Liderança e em função de ter sido feito acordo, obviamente não vou poder fazê-lo.

Só quero comunicar a esta Presidência, porque nós distribuíamos uma nota aos Srs. Deputados, à imprensa, hoje, com esclarecimento público que estou sendo questionado se vou processar ou não o Governador Roberto Requião por aquilo que ele tem dito na imprensa. E estamos fazendo uma nota pública: nós não vamos processar o Governador Requião, embora ele tenha falado uma série de impropérios, feito acusação a esta Casa e a mim, falado sobre o Anselmo, se ele não sabe o Cabo Anselmo foi o grande traidor de 1964 e outras “cositas mas”. Mas, enfim, não vamos processá-lo porque não vamos entrar neste debate e também não queremos aumentar o patrimônio de causas que já tem o Governador Requião, desde o tempo que era Deputado nesta Casa.

Então, a grande quantidade de ações contra ele certamente vai fazer com que, se perder, perca todo o seu patrimônio e nós não queremos isto, até porque sua família pode precisar futuramente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 003/06, subscrito pela Deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Duílio Genari (PP) para representar e compor a Comissão Especial que verificará a situação das fazendas invadidas no Oeste do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB, constante do expediente, indicando seu nome como Titular e o Sr. Deputado Duílio Genari, como suplente para fazer parte da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Caíto Quintana, da Bancada do PMDB, para compor a Comissão Especial que irá analisar a PEC - Proposta de Emenda Constitucional nº 27/06, que trata do nepotismo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando o Deputado Pedro Ivo Ilkiv, para representar esta Casa de Leis na Sessão Solene de outorga de título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná ao Sr. Assis Gurgacz e título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná ao Sr. Dilvo Grolli, no dia 05 de maio, no município de Cascavel/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, **devidamente apoiado**, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 954, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo a política estadual

do livro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, autorizando o Poder Executivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDMCA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, dispondo sobre a aplicação de penalidades às práticas de "Assédio Moral" nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCDC. COM SUBSTITUTIVO GERAL E SUBEMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral. Aprovada a Subemenda.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, declarando de Utilidade Pública o Lar Infantil Sol Amigo, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/06, de 11.04.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, declara de Utilidade Pública o Lar Infantil Sol Amigo, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator em exercício

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Instituto Andres Kasper, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 029/06, de 11/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como escopo declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Andres Kasper, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a Lei Complementar nº 98/95 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis, verificamos que o referido projeto está em descompasso com o artigo 9º que prevê:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 185/06

Atendendo ao disposto ao artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 185/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator em exercício

Apoioamento:

Nelson Justus e Ademar Traiano

Conforme determinação que tomei numa das últimas Sessões, o autor do Item 06, Deputado Alexandre Curi, não está presente.

Fica retirado da pauta o Projeto de Lei nº 185/06.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14.181/03, que declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Juventude de Maringá - Aju-mar, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 031/06, de 17/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 192/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar a denominação da Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina, já legalmente declarada de Utilidade Pública pela Lei 14.181/03 e alterada pela Lei 14.490/04 para Associação Pró-Juventude de Maringá, mantendo a sede e o foro no município de Maringá.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da associação já declarada de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudança de denominação da associação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal 10.406 de 2002 - Código Civil:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II - não contrarie ou desvirtue o fim desta.

É evidente o preenchimento desses dois requisitos para a mudança do estatuto (anexo).

Conclusão

Ante o exposto, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 192/06.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator em exercício

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de

Utilidade Pública a Associação Sapopema em Desenvolvimento, com sede no município de Sapopema e foro no município de Curiúva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 032/06, de 18/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 196/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação Sapopema em Desenvolvimento, com sede e foro no município de Curiúva, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a ser manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator em exercício

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 943, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 946, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 947 e 948, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 949, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 950, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 951, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 952, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 958, 960 e 961, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 959 e 962, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente.

Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata)

Requerimento nº 963, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Waldir Leite, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 964, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 965, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 361/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084, 152, 154, 162 e 164/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE ABRIL DE 2006.

Vida, Morte e Ressurreição

Célia Musilli
Folha de Londrina

Mulher de 40 anos foi encontrada morta, “assistindo” à TV, depois de três anos. A notícia, que parece brincadeira ou um chamariz do jornalismo popular, é verdadeira e foi veiculada na semana passada pelas agências internacionais. O fato aconteceu em Londres, cidade fria e cosmopolita, onde milhões de pessoas circulam em total solidão. Eu fico me perguntando como Joyce Vincent pôde morrer e passar tanto tempo sem que ninguém percebesse? Onde estavam seus parentes, amigos, vizinhos? Será que ela não tinha um cachorro, um gato para arranhar a porta? O tempo que se passou desde a sua morte só pode ser calculado pelo prazo de validade dos alimentos encontrados na casa, em pacotes ao lado da sua poltrona. Quem suspeitou

de alguma coisa errada foram os membros de uma associação que ofereceram o apartamento a Joyce, para onde ela se mudou depois de ter sofrido violência conjugal. Foram eles que alertaram as autoridades sobre o grande número de meses de aluguel atrasado. O fato insólito me põe a pensar sobre o isolamento na vida moderna. Cada um carregando seu próprio peso, sem a possibilidade de compartilhar as alegrias e, muito menos, as angústias.

Ficar sozinho é uma coisa, ser solitário é outra. Eu mesma sou do tipo que preza a reflexão dentro de casa ou da “casca”. Não tenho paciência para ambientes barulhentos, chatos, repetitivos ou mesmo agressivos. Cansei de bares onde, muitas vezes as pessoas bebem para soltar os bichos. Cansei das reuniões com as mesmas pessoas dizendo as mesmas coisas. E já senti tédio em festas, com gente equilibrando copos e egos. Mas tenho amigos para a intimidade, aqueles cuja afinidade fazem da nossa convivência uma ação sem esforço. Acho que a amizade, assim como o amor, não pode ser um exercício de resistência, em que as concessões são maiores que o prazer, o esforço maior do que a vontade. Como diz uma amiga: “certos relacionamentos nos dão a idéia de estar sobre uma bicicleta ergométrica, dando 500 pedaladas sem sair do lugar”. Então, às vezes, ficar só é muito bom. Mas isso está longe da solidão compulsória, da vida robótica dos seres isolados nas salas de TV ou em frente ao computador com suas telas frias, sem esboçar nenhuma “contrapartida” humana. A vida tem que pulsar em nosso corpo, em nosso cérebro, em nossos espíritos. Assim não seremos mortos-vivos, mas deixaremos um rastro de vivificação na nossa criação diária, sem a qual somos seres inanimados. E criação pode significar escrever um texto, plantar flores, pintar o muro, fazer pão. O que não podemos é nos tornar indiferentes à vida e morrer dessa indiferença “zapeando” o mundo com gestos mecânicos.

Em outro caso recente, um cidadão morreu no metrô de Nova York e ficou rodando entre as estações por mais de 24 horas. Ninguém que sentou ao seu lado percebeu que o homem estava quieto demais e sem respirar. Esta indiferença, marca da vida urbana, é a mesma que nos faz tropeçar em moradores de rua sem notar que o “obstáculo” é um ser humano. Éramos felizes e são sabíamos. Porque felizes são as tribos que celebram cada acontecimento, incluindo coisas tão íntimas como a primeira menstruação de uma mulher ou a primeira caçada de um homem. Perdemos o sentido tribal e comunitário das relações humanas. Mac Luhan estava certo quando previu que um certo deslumbre com os meios sofisticados de comunicação à distância, paradoxalmente, fragmentaria as relações muito próximas. Hoje nos comunicamos com os astronautas, mas passamos pelo vizinho sem dizer bom dia! O mundo está precisando de ressurreição.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO, NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 26 DE ABRIL DE 2006.

Varig é Brasil

Paulo Sant'Ana
Jornal Zero Hora - 11.04.06

Na verdade, a gente não sabe o que pensa o governo federal sobre a Varig. Supõe-se que à última hora do governo socorrerá a Varig, por isso não se instala um terror entre seus funcionários e uma aflição entre os usuários dos vôos.

Mas, e se o governo estiver decidido a não ajudar a Varig, já pensaram na catástrofe social que se instalará entre os aposentados que tiram seus sustento do fundo específico da empresa?

Sabe-se que há um princípio de que as empresas privadas não podem ser amparadas pelo poder público quando entram em espiral falimentar.

Mas a Varig é um caso especial, a aviação brasileira em toda a sua história é inseparável da Varig.

A Varig em todos esses anos se encarregou das linhas deficitárias, ela que foi a grande bandeirante do progresso brasileiro, espalhando por todo o Brasil as suas sentinelas do desenvolvimento.

Seria justo agora o Brasil voltar as suas costas à Varig?

A Varig, de certo modo se incorporou à nacionalidade, foi parceira do Brasil durante os últimos 79 anos, desde que nosso país engatinhava economicamente.

E se hoje, de certo modo somos um país viável, cheio de dificuldades mas inserido na economia globalizada, devemos à Varig uma grande parcela desse desenvolvimento.

É uma empresa nossa, que não só alavancou o progresso brasileiro como prestou grandes serviços ao nosso povo.

Pode em alguns períodos ter sido mal gerida, mas faz parte da identidade brasileira.

Seria lamentável que o Brasil voltasse suas costas à Varig, que tanto colaborou para que nos orgulhássemos de nossa maioria econômica e política, deixando-a agora morrer de inanição.

Quantas e quantas outras empresas brasileiras foram socorridas pelos sucessivos governos e que não

tinham a história da Varig, que não tinham seu nome ligado umbilicalmente ao país como ela?

Quantas e quantas centenas de bilhões de reais escoaram pelos ralos de desperdício das administrações públicas e dos bancos oficiais, sem qualquer nexo causal e de mérito como o que ostenta a Varig?

Penso que seria uma ingratidão que o Brasil agora deixasse a Varig à beira da estrada, sem sua ajuda.

Ajudar a Varig significa ajudar o Brasil, quer dizer, acreditar no Brasil e nos seus valores mais intrínsecos e históricos.

É possível que o capitalismo na sua visão mais pragmática não tenha lugar para o sentimentalismo.

Mas o estado pré-falimentar da Varig não se enquadra num dogma meramente capitalista ou neoliberal.

É acima de tudo uma questão política. É uma questão de brasilidade.

O Brasil permitir que a Varig, com tanta potencialidade ainda para continuar a prestar os relevantes serviços que tanto contribuíram para nossa grandeza, a naufrague na extinção, soa como separar-se o Brasil, por abandono e por automutilação, de um pedaço da sua própria integridade.

A Varig é talvez mais brasileira que a Vale do Rio Doce, que o país viabilizou pela privatização, custando-lhes os olhos da cara.

A Varig talvez seja só menos brasileira que a Petrobras, que atinge atualmente alturas condoreiras.

Petrobras, Vale do Rio Doce e a Varig são coisas nossas, são parte do nosso corpo e da nossa alma, são inseparáveis da nossa personalidade, da nossa história.

A Varig, definitivamente não pode ser considerada, nesta hora decisiva, como um estorvo para o Brasil. Antes de tudo, ela foi, é e temos certeza de que continuará sendo um orgulho para o Brasil e para os brasileiros.

Em tempo:

a) a Varig é um ponto de referência em qualquer ponto do mundo para muitos e muitos turistas ou não, bem como pelo que “tenho conhecimento” o Brasil não é mais administrado por capitalistas (?) pragmáticos. Será?

b) Só em Caxias do Sul, em pouco tempo, foram vendidas 02 (duas) empresas para empresas estrangeiras. A Varig vai tomar o mesmo caminho? Amanhã, se continuarmos desta forma e neste ritmo, seremos muito mais colônia do que fomos por muitos séculos.

